



LIVRO ELETRÔNICO

SAEB-BA
EPPGG
[Pós-edital Cesgranrio]

ECONOMIA

Contas nacionais

[Item 7.1.1 — Contas nacionais, produto, renda, despesa, consumo, investimento e poupança.]

Aula 01

☒ Livro eletrônico autossuficiente Teoria e questões comentadas

Autor:
Equipe IGEPP



Sumário

1. Sistema de contas nacionais e conceitos de produto.....	4
1.1. Por que um sistema de contas?	5
1.2. Fluxos, estoques e período de referência	7
1.3. Residência econômica e território econômico	8
1.4. A fronteira da produção.....	10
1.5. Produção não mercantil e avaliação dos serviços públicos	11
1.6. Valor adicionado e prevenção da dupla contagem	12
1.7. Preços básicos, de comprador e de mercado	14
1.8. Produção do período e bens já existentes	15
1.9. Método estatístico, revisões e limites de uso	15
2. Produto, renda e despesa e identidades macroeconômicas.....	17
2.1. A ótica da produção	17
2.2. A ótica da despesa	18
2.3. A ótica da renda.....	20
2.4. Bruto e líquido: o consumo de capital fixo.....	22
2.5. Interno e nacional: da produção à renda dos residentes	23
2.6. Da renda nacional à renda disponível	25
2.7. Identidade contábil não é teoria de causalidade.....	26
2.8. Questões de interpretação que exigem mais do que uma fórmula	28
3. Consumo, investimento e poupança.....	28
3.1. Consumo intermediário e consumo final	29
3.2. Consumo final individual e coletivo	30
3.3. Consumo do governo e transferências monetárias	32
3.4. Formação bruta de capital fixo	32
3.5. Investimento macroeconômico e aplicação financeira	34
3.6. Variação de estoques e produção não vendida.....	35
3.7. Poupança das unidades e poupança nacional.....	36
3.8. Poupança, formação de capital e financiamento: caso integrado	38
4. Medidas nominais e reais e interpretação dos agregados	39
4.1. Valor nominal e medida de volume	40
4.2. Deflator implícito: cálculo e significado	42
4.3. Deflator do PIB e índices de preços ao consumidor.....	43
4.4. Dois produtos: como os preços tornam somáveis quantidades diferentes	44
4.5. Valores a preços do ano anterior e encadeamento	45
4.6. Valor adicionado em volume: por que olhar também os insumos.....	47
4.7. Taxas trimestrais: qual é a base de comparação?	47
4.8. Participação, taxa de crescimento e contribuição	50
4.9. PIB por habitante, distribuição e bem-estar	50
4.10. Leitura integrada de uma informação econômica.....	51
5. QUESTÕES AUTORAIS	53

6. GABARITO.....	87
7. COMENTÁRIOS DAS QUESTÕES	88
8. FONTES E REFERÊNCIAS	115

1. Sistema de contas nacionais e conceitos de produto

Uma prefeitura contrata uma empresa para construir uma unidade de saúde. A obra utiliza materiais, trabalho e equipamentos e cria um ativo que será empregado durante vários anos. No mesmo período, famílias recebem salários, consomem bens e serviços e mantêm parte de sua renda sem consumi-la. As contas nacionais organizam essas operações em um sistema coerente: quem produziu, que recursos foram utilizados, que renda foi gerada e qual foi o destino da produção. Elas não são apenas uma lista de pagamentos nem uma soma dos faturamentos das empresas.

O ponto de partida desta aula é a produção de bens e serviços pelas unidades residentes durante um período. O Produto Interno Bruto, ou PIB, sintetiza essa produção sem somar várias vezes os insumos que passam de uma unidade a outra. Produto, renda e despesa oferecem perspectivas articuladas sobre um mesmo processo econômico. A identificação correta do período, da residência, da finalidade da operação e da forma de avaliação é indispensável para interpretar qualquer agregado.

O percurso da aula

Sistema de contas e fronteira da produção: o que entra na medida e como se evita a dupla contagem.

Produto, renda e despesa: três óticas, relações entre agregados e identidades com hipóteses explícitas.

Consumo, investimento e poupança: classificação dos usos, formação de capital e passagem da renda ao financiamento.

Medidas nominais e reais: preços, volume, deflatores e limites de interpretação.

1.1. Por que um sistema de contas?

Uma economia apresenta milhões de operações. Uma compra pode ser consumo final para uma família, consumo intermediário para uma empresa ou aquisição de ativo fixo para uma unidade produtora. A contabilidade nacional estabelece conceitos e classificações para que essas operações sejam registradas de forma comparável e possam ser agregadas. A classificação depende da função econômica, não apenas da aparência do objeto ou do nome usado pelo comprador.

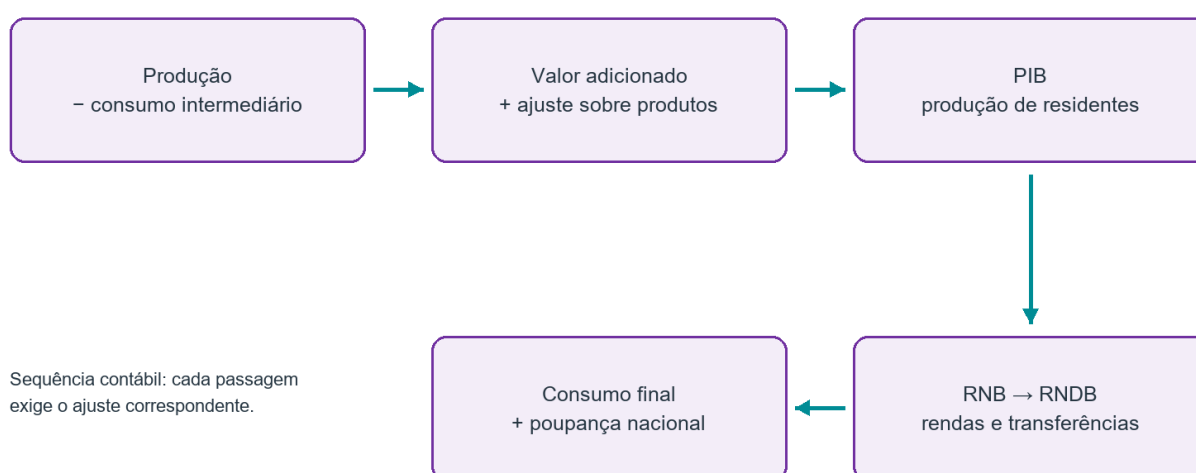
Os registros precisam se conectar. A produção utiliza bens e serviços intermediários e gera valor adicionado; o valor adicionado permite remunerar trabalho e outras participações na produção; as rendas primárias, as transferências e os usos da renda conduzem à renda disponível e à poupança. Esta, por sua vez, se relaciona à aquisição de ativos e ao financiamento. Um mesmo pagamento não pode ser tratado simultaneamente como aquisição de bem novo e transferência sem contrapartida.

As principais peças do sistema

Peça	Pergunta que ajuda a responder	Leitura adequada
Tabelas de Recursos e Usos — TRU	De onde vêm os produtos e em que usos eles são empregados?	Relacionam produção, importações, consumo intermediário e usos finais por produtos e atividades.
Contas Econômicas Integradas — CEI	Como a renda é gerada, distribuída e utilizada e como se financia a acumulação?	Articulam contas dos setores institucionais e suas relações com o resto do mundo.
Contas de patrimônio	Que ativos e passivos existem em determinado momento?	Apresentam estoques; sua variação exige distinguir transações, revalorizações e outras mudanças.

Peça	Pergunta que ajuda a responder	Leitura adequada
Contas trimestrais	Como evoluem os principais agregados durante o ano?	Têm periodicidade e fontes próprias; resultados podem ser revisados à medida que chegam informações.

Da produção aos usos da renda



Fonte: elaboração autoral com base em IBGE, SCN referência 2010, 2016, e SNA 2008. Esquema sem escala; setas representam passagens contábeis.

O esquema acompanha uma sequência de contas. Primeiro se distingue a produção dos insumos utilizados; depois se obtém o produto, com a avaliação compatível. As relações de renda com o exterior permitem passar à renda nacional e à renda disponível. A utilização desta renda se desdobra em consumo e poupança. As setas ajudam a localizar cada saldo; não estabelecem uma explicação causal segundo a qual uma alteração necessariamente produz a seguinte.

A tabela mostra duas maneiras de observar a economia. A atividade econômica agrupa unidades conforme a produção realizada; o setor institucional considera

características como autonomia de decisão, função econômica e forma de financiamento. Uma empresa produtora de equipamentos pertence a uma atividade industrial, mas, na organização institucional, será classificada no setor das sociedades não financeiras se atender às condições correspondentes. Uma família pode consumir e também exercer atividade produtiva como empreendimento não constituído em sociedade.

Os setores institucionais centrais compreendem sociedades não financeiras, sociedades financeiras, governo geral, famílias e instituições sem fins de lucro a serviço das famílias — ISFLSF. O resto do mundo reúne as relações das unidades residentes com as não residentes; não é um setor residente adicional. Para esta aula, conhecer a lógica desses agrupamentos ajuda a compreender quem produz, quem recebe renda e quem realiza determinado consumo, sem exigir o detalhamento das contas financeiras.

1.2. Fluxos, estoques e período de referência

O PIB é um fluxo: mede produção ao longo de um intervalo, como um trimestre ou um ano. A riqueza é um estoque: corresponde a ativos e passivos existentes em uma data. Uma máquina produzida durante o ano integra a formação de capital desse período e pode integrar o estoque de ativos no encerramento do ano. O valor total das máquinas existentes não é somado novamente ao PIB de cada exercício.

Fluxo e estoque em situações concretas

Situação	Natureza	Consequência
Produção de máquinas entre janeiro e dezembro	Fluxo de produção	Relaciona-se ao produto do ano, descontando a dupla contagem dos insumos.
Máquinas existentes em 31 de dezembro	Estoque de ativos	Integram o patrimônio nessa data.

Situação	Natureza	Consequência
Salários relativos ao trabalho realizado no trimestre	Fluxo de renda	A competência econômica do período importa para o registro.
Saldo de depósitos de uma família no fim do mês	Estoque financeiro	Não equivale à poupança obtida naquele mês.
Valorização de um terreno já existente	Revalorização de ativo	Não é produção nova nem poupança gerada automaticamente.

Considere um equipamento que valia 100 no início do ano, recebeu melhorias produzidas no período de valor 20, sofreu consumo de capital de 8 e teve aumento de preço de 5. Em uma representação simplificada, seu valor final é 117. A diferença de 17 entre os estoques não significa investimento bruto de 17: a melhoria de 20, o desgaste de 8 e a revalorização de 5 têm naturezas distintas. Se houver uma destruição extraordinária, ela também precisará de registro específico. Todos os valores deste exemplo são hipotéticos e expressos na mesma unidade monetária.

O regime de competência busca registrar operações quando ocorre o fato econômico pertinente, e não simplesmente quando o dinheiro é pago. Um bem produzido e destinado ao estoque pode integrar a produção mesmo sem venda imediata. Uma venda a prazo não precisa aguardar o recebimento integral para que a produção correspondente seja reconhecida. Isso explica por que PIB, entradas de caixa e faturamento recebido não são conceitos intercambiáveis.

1.3. Residência econômica e território econômico

A residência econômica se associa ao centro de interesse econômico predominante da unidade no território, e não à nacionalidade de seus proprietários. O território econômico também não corresponde mecanicamente ao mapa geográfico: o sistema considera o controle econômico e o vínculo das

unidades. A residência oferece o critério para distinguir produção interna e rendas recebidas ou pagas a não residentes.

Uma sociedade instalada de modo duradouro no Brasil, controlada por investidores estrangeiros, é uma unidade residente para as contas brasileiras. Sua produção participa do PIB brasileiro. A renda de propriedade que ela venha a pagar a proprietários não residentes será relevante na passagem do PIB à renda nacional. A nacionalidade estrangeira do controlador não retira, por si, a produção do PIB.

Em sentido inverso, uma unidade produtora residente em outro país não passa a gerar PIB brasileiro porque pertence a investidores brasileiros. A produção dessa unidade é atribuída à economia em que ela é residente; as rendas recebidas por residentes no Brasil serão consideradas no agregado nacional de renda pertinente. O raciocínio exige separar o local de residência da unidade produtora da residência do destinatário da renda.

Como decidir em um caso de prova

Primeiro identifique a unidade que realiza a produção e sua residência econômica.

Depois identifique os destinatários das rendas e suas residências.

Não use nacionalidade, local de nascimento ou nacionalidade do controlador como substitutos automáticos de residência.

Quando o problema fornece uma hipótese simplificada de residentes e não residentes, siga essa hipótese expressa.

Projetos temporários no exterior e situações fronteiriças podem exigir tratamento específico. Por isso, a frase “tudo o que ocorre fisicamente dentro das fronteiras geográficas pertence ao PIB” é imprecisa. Para os exemplos elementares desta aula, a residência das unidades será informada e as operações serão tomadas como atribuíveis a essas unidades, evitando

transformar um cálculo de produto em uma discussão sobre casos especiais não descritos no enunciado.

1.4. A fronteira da produção

Produção é uma atividade realizada sob controle e responsabilidade de uma unidade institucional que utiliza trabalho, capital e bens e serviços para gerar produtos. Há bens materiais e serviços; estes podem alterar condições de pessoas ou de bens, prestar informações ou facilitar trocas. A contabilidade nacional inclui produção mercantil, produção para uso final próprio e produção não mercantil nas condições definidas pelo sistema.

A existência de uma venda monetária não é condição universal para reconhecer produção. Serviços públicos prestados gratuitamente, produtos agrícolas para autoconsumo e serviços de moradia de imóveis ocupados pelos próprios proprietários apresentam tratamentos que não dependem de uma cobrança direta. A avaliação dessas operações pode exigir estimativas, mas isso não as transforma em atividades fictícias: procura-se atribuir valor a serviços ou bens que efetivamente existem.

Fronteira da produção: diferenças decisivas

Caso hipotético	Tratamento conceitual	Razão
Produção agrícola para consumo da própria família	Incluída na fronteira da produção	É produção de bens para uso final próprio.
Serviço de moradia de imóvel próprio ocupado pelo proprietário	Incluído por avaliação imputada	Permite tratar de forma comparável moradia própria e alugada.
Trabalho doméstico não remunerado prestado por membro da família para a própria família	Em geral, fora da fronteira central do PIB	É serviço doméstico para uso próprio, sujeito à convenção de exclusão.

Caso hipotético	Tratamento conceitual	Razão
Serviços domésticos prestados por trabalhador remunerado	Incluídos	Há produção de serviços por trabalho remunerado.
Atendimento público gratuito	Incluído como produção não mercantil	Ausência de preço economicamente significativo não significa ausência de produção.
Crescimento natural de recurso sem controle de unidade produtora	Não tratado como produção econômica por esse fato	Falta um processo produtivo sob responsabilidade de uma unidade.

A exclusão convencional de serviços domésticos não remunerados não significa que esses serviços sejam socialmente inúteis ou economicamente irrelevantes. Significa que a medida central possui uma fronteira definida para atender a finalidades de análise. Indicadores complementares e contas satélites podem estudar o trabalho não remunerado. A interpretação correta evita usar uma regra contábil como julgamento sobre o valor social de pessoas ou atividades.

Também é necessário distinguir exclusão conceitual de dificuldade de observação. Uma atividade informal não fica fora do PIB apenas porque não tem um cadastro empresarial ou uma nota fiscal. Métodos estatísticos procuram captar atividades abrangidas pela fronteira, mesmo quando não são observadas diretamente. Da mesma maneira, a ilegalidade de uma atividade não equivale, no padrão internacional, a inexistência de produção quando há processo produtivo e demanda efetiva; a mensuração efetivamente implantada em cada país deve ser conferida em sua metodologia. Não se deve afirmar que toda atividade ilegal já é medida integralmente no Brasil.

1.5. Produção não mercantil e avaliação dos serviços públicos

Um serviço não mercantil é fornecido gratuitamente ou a preços que não são economicamente significativos, conforme os critérios do sistema. Em vez de

concluir que seu valor é zero, utiliza-se, em regra, uma avaliação pelos custos de produção. Entre esses custos estão consumo intermediário, remunerações, consumo de capital fixo e outros impostos líquidos de subsídios sobre a produção pertinentes. O serviço público não é avaliado pela soma de todos os pagamentos do orçamento.

Considere uma unidade pública que, no ano, emprega 30 em materiais e serviços intermediários, 50 em remunerações e 5 de consumo de capital fixo, sem outros impostos líquidos pertinentes. A produção não mercantil avaliada pelos custos é 85. Seu valor adicionado bruto é $85 - 30 = 55$. Somar 85 e 55 ao PIB duplicaria parte da mesma produção; o valor adicionado é a contribuição dessa unidade antes do ajuste dos impostos sobre produtos no agregado da economia. Os números são hipotéticos, em milhões de unidades monetárias.

A construção de uma escola é aquisição de ativo fixo; o ensino prestado durante o ano é produção de serviços. Uma transferência monetária paga a uma família não constitui, por si, aquisição de um serviço produzido pelo governo. O destinatário poderá empregar a renda em consumo, mas o pagamento de um benefício e a compra posterior não representam duas produções independentes. A análise deve seguir a operação econômica subjacente, e não o fato de haver uma despesa pública.

1.6. Valor adicionado e prevenção da dupla contagem

Uma cadeia produtiva pode vender o mesmo conteúdo econômico em vários estágios. O trigo integra a farinha, que integra o pão. Somar o faturamento de todas as etapas sem descontar os insumos contaria repetidamente o trigo e a farinha incorporados ao produto final. O valor adicionado de uma unidade corresponde à diferença entre sua produção e o consumo intermediário utilizado no processo.

Cadeia simplificada: dados hipotéticos em unidades monetárias

Etapa	Valor da produção	Consumo intermediário considerado	Valor adicionado
Produtor de trigo	100	0	100
Moinho que produz farinha	160	100	60
Padaria que produz pão	250	160	90
Total	510	260	250

O exemplo supõe que os únicos insumos intermediários sejam os informados, que toda a cadeia seja residente, que os bens finais sejam consumidos no período e que não haja impostos líquidos sobre produtos nem estoques. A soma dos valores adicionados é 250, igual ao valor do pão final. O total de faturamentos, 510, não representa o produto dessa economia simplificada. O zero na primeira etapa é uma hipótese didática; em uma economia real, a agricultura também utiliza insumos.

A retirada da dupla contagem não significa que os bens intermediários não sejam produzidos ou não tenham importância. Eles aparecem no registro da produção e do uso de produtos; o que se evita é somar sua contribuição duas vezes no agregado. A composição da produção e as relações entre atividades podem ser analisadas nas TRU, enquanto o PIB resume o valor adicionado de todas as unidades produtoras residentes, com o ajuste de avaliação pertinente.

É preciso distinguir consumo intermediário de consumo de capital fixo. Farinha utilizada para produzir pão é insumo intermediário. Um forno utilizado repetidamente durante vários anos é ativo fixo; seu desgaste econômico não é subtraído para calcular o valor adicionado bruto, mas é relevante para obter o valor adicionado líquido. Se o forno fosse retirado integralmente da produção do

ano da compra como insumo intermediário, haveria uma classificação inadequada da formação de capital.

1.7. Preços básicos, de comprador e de mercado

Os valores precisam estar em bases compatíveis. O preço básico corresponde ao valor recebido pelo produtor pelo produto, excluindo impostos sobre produtos e incluindo subsídios sobre produtos, conforme o tratamento do sistema. O preço de comprador contempla o valor necessário para adquirir o produto, com margens e impostos pertinentes, observadas as regras relativas aos tributos dedutíveis. Uma passagem de uma base a outra não é feita acrescentando indistintamente toda a arrecadação tributária.

O valor adicionado das atividades é apresentado a preços básicos. Para obter o PIB a preços de mercado pela ótica da produção, somam-se os impostos sobre produtos, líquidos dos subsídios sobre produtos. Outros impostos sobre a produção, como aqueles associados ao exercício da atividade ou ao emprego de fatores sem depender de uma unidade de produto, têm tratamento distinto. A diferença entre “sobre produtos” e “sobre a produção” será importante também na ótica da renda.

Fórmula com bases compatíveis

VAB a preços básicos = produção a preços básicos – consumo intermediário a preços de comprador.

PIB a preços de mercado = soma dos VAB a preços básicos + impostos sobre produtos – subsídios sobre produtos.

Exemplo hipotético: VAB = 800; impostos sobre produtos = 120; subsídios sobre produtos = 20; então PIB = 900.

Se uma questão fornecer produto a custo de fatores, estará utilizando uma convenção que exige atenção ao ajuste de impostos líquidos sobre a produção e a importação informado. Custo de fatores não é sinônimo de preço básico. O

primeiro exclui também os outros impostos líquidos sobre a produção; o segundo os mantém no valor adicionado. Em cálculos elementares, deve-se usar a definição expressa pelo enunciado, sem aplicar ao agregado errado um ajuste memorizado.

1.8. Produção do período e bens já existentes

A venda de um automóvel usado entre duas famílias residentes não corresponde à produção de um automóvel novo. O bem já havia sido produzido em outro período. Se houver serviço de intermediação prestado no ano, esse serviço pode representar produção corrente. O mesmo raciocínio se aplica à negociação de ativos financeiros: a troca de propriedade do título não é produção de bem de capital, embora um serviço financeiro associado possa compor a produção pertinente.

Um imóvel exige decomposição. A construção de uma residência nova é formação de capital; o terreno é um ativo não produzido e não se transforma em construção nova apenas porque foi adquirido conjuntamente. A venda de uma residência já existente não cria de novo o valor da construção. Custos de transferência de propriedade e outros serviços associados podem ter tratamento de produção e capitalização previsto pelo sistema. O enunciado deve informar se tais custos estão presentes ou se podem ser desconsiderados.

Portanto, a pergunta útil não é “houve dinheiro?” e sim “que fato econômico ocorreu neste período?”. Produção nova, transferência, aquisição de ativo existente e revalorização são fatos diferentes. Nas questões, os distratores frequentemente deslocam um desses fatos para o agregado incorreto. O domínio das classificações permite resolver o caso sem depender de uma lista de objetos sempre considerados consumo ou investimento.

1.9. Método estatístico, revisões e limites de uso

As contas nacionais são estimativas produzidas a partir de pesquisas, registros administrativos e procedimentos de compatibilização. Resultados preliminares

podem ser revistos com informações mais completas. Uma revisão não equivale automaticamente a erro anterior: pode decorrer da chegada de fontes, da mudança de classificação ou do aperfeiçoamento do método. Para comparar uma série, é necessário conhecer a referência metodológica e a versão utilizada.

A mudança do ano de referência no sistema brasileiro é uma atualização estrutural que pode incorporar fontes, classificações e recomendações. Não deve ser confundida com uma simples troca do ano em que um número-índice vale 100. Nas medidas encadeadas, os pesos são atualizados ao longo do tempo; essa característica será desenvolvida no capítulo sobre medidas nominais e de volume. O padrão internacional e sua implementação nacional também devem ser distinguidos: a adoção internacional do SNA 2025 não torna automática sua implantação em todos os resultados do IBGE.

O PIB é útil para medir atividade produtiva, mas não é uma medida completa de bem-estar, distribuição de renda ou patrimônio. Uma economia pode aumentar a produção total e distribuir seus resultados de forma desigual; pode produzir mais ao mesmo tempo que perde ativos por um desastre. Essas limitações não invalidam o indicador: mostram a pergunta à qual ele responde e a necessidade de combinar medidas conforme a finalidade da análise.

Síntese conceitual do capítulo

PIB é fluxo de produção; riqueza é estoque patrimonial.

Residência econômica organiza a atribuição da produção e da renda; nacionalidade não substitui esse critério.

Venda monetária não é requisito universal de produção e pagamento não é sinônimo de produto.

Valor adicionado evita dupla contagem; consumo intermediário e consumo de capital fixo são distintos.

Bases de avaliação precisam ser compatíveis; preço básico não se confunde com custo de fatores.

2. Produto, renda e despesa e identidades macroeconômicas

Uma mesma produção pode ser observada pelo valor acrescentado em sua realização, pela renda primária que ela gera e pelo destino dos produtos. Essas três óticas não são três parcelas somadas para obter um PIB maior. São formas de mensurar um agregado que deve ser coerente quando se usam conceitos e bases de avaliação compatíveis. Discrepâncias estatísticas podem aparecer em estimativas empíricas, mas não alteram a definição conceitual.

2.1. A ótica da produção

A ótica da produção parte da contribuição de cada unidade ou atividade: produção menos consumo intermediário. O resultado é o valor adicionado bruto. Como esse valor é avaliado a preços básicos, o agregado é convertido ao PIB a preços de mercado mediante a adição dos impostos sobre produtos e a dedução dos subsídios sobre produtos. Não se adicionam outra vez os valores dos bens intermediários, pois já estão incorporados aos produtos que deles resultaram.

Cálculo pela produção — dados hipotéticos em milhões

Componente	Valor	Operação
Produção a preços básicos	1.800	Ponto de partida
Consumo intermediário a preços de comprador	900	Subtrair da produção
Valor adicionado bruto a preços básicos	900	$1.800 - 900$
Impostos sobre produtos	130	Adicionar
Subsídios sobre produtos	30	Subtrair
PIB a preços de mercado	1.000	$900 + 130 - 30$

O cálculo exige duas etapas. Primeiro se retira o consumo intermediário para não duplicar os insumos. Depois se faz a passagem da avaliação básica à de mercado. Se o problema já fornecer o PIB a preços de mercado, acrescentar novamente os impostos líquidos sobre produtos repetirá um ajuste já realizado. Se fornecer valor adicionado líquido, será necessário conferir o consumo de capital fixo para voltar à medida bruta.

2.2. A ótica da despesa

A ótica da despesa identifica os usos finais da produção. O consumo final inclui despesas das famílias, do governo e das ISFLSF. A formação de capital inclui ativos fixos e variação de estoques; no sistema internacional completo, também inclui aquisições líquidas de objetos de valor. Exportações são somadas por serem usos de produtos de residentes por não residentes. Importações são deduzidas para excluir a produção dos não residentes que já possa estar contida nos demais componentes da despesa.

Convenção adotada nos cálculos desta aula

C = despesa de consumo final das famílias e das ISFLSF.

G = despesa de consumo final do governo; não inclui o investimento público nesta convenção.

I = formação bruta de capital de todos os setores, inclusive a formação de capital do governo.

X e M = exportações e importações de bens e serviços.

PIB = $C + G + I + X - M$. Quando I for definido como FBCF + variação de estoques, o exemplo supõe inexistência de aquisições líquidas de objetos de valor.

A definição das letras é decisiva. Alguns modelos didáticos colocam investimento público dentro de G e restringem I ao investimento privado. Essa outra convenção pode ser utilizada, desde que não se conte a mesma aquisição nas duas parcelas. Nos exemplos desta aula, I inclui formação de capital pública e privada e G representa consumo final do governo. Não se confundirá G com a soma de todos os gastos orçamentários.

Cálculo pela despesa — mesma economia hipotética em milhões

Uso final	Valor
Consumo final das famílias e ISFLSF — C	600
Consumo final do governo — G	200
Formação bruta de capital fixo	220
Variação de estoques	-20
Exportações de bens e serviços — X	150
Importações de bens e serviços — M	150

Uso final	Valor
PIB: $600 + 200 + 220 - 20 + 150 - 150$	1.000

A variação de estoques negativa indica que retiradas de produtos dos estoques excederam as entradas pertinentes no período, segundo a avaliação adotada. Nesse caso, I é $220 - 20 = 200$. A venda de um produto que havia sido produzido anteriormente não torna esse produto produção nova do ano; a retirada do estoque ajuda a preservar a correspondência temporal. A variação de estoques não deve ser confundida com o nível total de estoques existente na data final.

A dedução de M não significa que comprar um bem importado destrói fisicamente produção interna. É um ajuste de mensuração. Se uma família comprar um bem importado de valor 10, esse bem pode aparecer em C ; para que a medida represente produção de residentes, o componente importado é retirado por M . Serviços de comércio e transporte realizados por residentes permanecem como produção desses residentes, respeitada a avaliação correta. Assim, não se pode concluir que qualquer aumento de importações reduz necessariamente o PIB no mesmo valor: outras parcelas também podem mudar.

Uma máquina importada de valor 40, adquirida para uso produtivo, integra a formação de capital da unidade residente compradora e a importação. Se, no exemplo, os dois valores forem iguais e não houver serviços internos adicionais, os efeitos $+40$ em I e -40 em M se compensam no PIB corrente. O ativo pode elevar capacidade produtiva futura, mas essa possibilidade não é produção doméstica do período da importação. Trata-se de distinguir aquisição de ativo de origem da produção.

2.3. A ótica da renda

A produção gera renda primária. Na apresentação do IBGE, a ótica da renda soma remuneração dos empregados, rendimento misto bruto, excedente operacional bruto e impostos sobre a produção e a importação, líquidos dos

subsídios correspondentes. Essas categorias são diferentes de uma lista de entradas monetárias das famílias. Um benefício social, por exemplo, pode aumentar renda disponível de uma família, mas não é remuneração de trabalho pela ótica da renda do PIB.

Cálculo pela renda — mesma economia hipotética em milhões

Componente	Valor	Sentido
Remuneração dos empregados	500	Contrapartida do trabalho dos empregados, incluindo contribuições sociais dos empregadores pertinentes.
Rendimento misto bruto	100	Renda de empreendimentos não constituídos em sociedade em que trabalho do proprietário e capital não são separados.
Excedente operacional bruto	250	Saldo da geração de renda pertinente, antes de deduzir consumo de capital fixo.
Impostos sobre produção e importação, líquidos de subsídios	150	Ajuste tributário abrangendo impostos sobre produtos e outros impostos sobre a produção.
PIB	1.000	$500 + 100 + 250 + 150$

Nesta economia, o ajuste tributário de 150 pela renda pode ser decomposto em 100 de impostos líquidos sobre produtos e 50 de outros impostos líquidos sobre a produção. Os últimos 50 já pertencem ao valor adicionado a preços básicos de 900; por isso, não são adicionados novamente na passagem da produção ao PIB. A remuneração, o rendimento misto e o excedente somam 850; com os outros impostos líquidos, obtém-se 900; com os impostos líquidos sobre produtos, chega-se a 1.000. A decomposição permite verificar que as duas óticas são compatíveis.

O rendimento misto evita uma separação artificial entre remuneração do trabalho e remuneração do capital em atividades como um pequeno empreendimento em que o proprietário trabalha diretamente. O excedente operacional não corresponde necessariamente ao lucro contábil após todos os pagamentos financeiros. A distribuição de rendas de propriedade ocorre em contas posteriores. Somar juros e dividendos novamente ao excedente, sem verificar o conceito fornecido, pode gerar dupla contagem.

Verificação das três óticas

Produção: $1.800 - 900 + 130 - 30 = 1.000$.

Despesa: $600 + 200 + 220 - 20 + 150 - 150 = 1.000$.

Renda: $500 + 100 + 250 + 150 = 1.000$.

Os valores ilustram uma única economia hipotética, no mesmo período e em milhões de unidades monetárias. Não se somam os três resultados.

2.4. Bruto e líquido: o consumo de capital fixo

Bruto e líquido distinguem o tratamento do consumo de capital fixo — CCF. O PIB é uma medida bruta. O Produto Interno Líquido, ou PIL, é obtido deduzindo o CCF do PIB. A mesma passagem pode ser feita entre valor adicionado bruto e líquido e entre renda nacional bruta e líquida. A dedução não representa consumo intermediário adicional: refere-se ao desgaste econômico dos ativos fixos empregados na produção.

O CCF corresponde à redução do valor corrente dos ativos fixos por deterioração física, obsolescência normal e danos acidentais normalmente esperados durante o período. A depreciação contabilizada para fins fiscais ou empresariais pode utilizar custos históricos e regras diferentes; por isso, não é automaticamente igual ao CCF das contas nacionais. Uma destruição extraordinária por desastre, por exemplo, não é tratada simplesmente como desgaste normal da produção.

Passagens entre medidas brutas e líquidas

Agregado bruto	Dedução pertinente	Agregado líquido
PIB	Consumo de capital fixo	PIL
Renda Nacional Bruta — RNB	Consumo de capital fixo	Renda Nacional Líquida — RNL
Poupança bruta	Consumo de capital fixo	Poupança líquida
Formação bruta de capital	Consumo de capital fixo	Formação líquida de capital

Se o PIB é 1.000 e o CCF é 80, o PIL é 920. Se a formação bruta de capital é 200, a formação líquida de capital, na representação simplificada sem outras mudanças, é 120. Um investimento líquido positivo indica acréscimo de capital produzido superior ao desgaste pertinente, mas não assegura que o patrimônio total tenha crescido no mesmo valor: revalorizações, destruições extraordinárias e outras mudanças também podem afetá-lo. Todas as cifras são hipotéticas.

2.5. Interno e nacional: da produção à renda dos residentes

O PIB se refere à produção de unidades residentes. A RNB se refere à renda primária recebida pelos residentes. Parte da renda gerada internamente pode ser devida a não residentes; residentes também podem receber renda primária gerada no exterior. A passagem exige adicionar rendas primárias recebidas e deduzir rendas primárias pagas ao resto do mundo. O saldo não corresponde à diferença entre exportações e importações.

Duas convenções de sinal equivalentes

Se $RPLE = \text{rendas primárias líquidas recebidas do exterior}$, então $RNB = PIB + RPLE$.

Se $RLPE = \text{rendas primárias líquidas pagas ao exterior}$, então $RNB = PIB - RLPE$.

$RPLE = \text{rendas recebidas} - \text{rendas pagas}$; $RLPE = \text{rendas pagas} - \text{rendas recebidas}$.

Defina a sigla e o sinal antes de substituir os valores.

Na literatura introdutória, aparecem “renda líquida enviada ao exterior” e “renda líquida recebida do exterior”. Elas utilizam sinais opostos para descrever o mesmo conjunto de fluxos. O sistema contemporâneo prefere a expressão Renda Nacional Bruta; a denominação tradicional Produto Nacional Bruto, ou PNB, aparece com frequência em problemas didáticos para o agregado correspondente. Deve-se reconhecer a relação contábil sem supor que nacional significa produção feita apenas por cidadãos do país.

Considere PIB de 1.000, rendas primárias recebidas do exterior de 40 e rendas primárias pagas ao exterior de 100. O saldo recebido é -60 e a RNB é 940. Se houver CCF de 80, a RNL será 860. O país pode ter RNB menor que PIB mesmo que suas exportações superem importações: comércio de produtos e distribuição de renda primária são conjuntos diferentes de operações. O exemplo não descreve a posição externa de nenhum país real.

Remessas de renda primária não devem ser confundidas com transferências correntes. A remuneração de um empregado ou uma renda de propriedade tem fundamento distinto de uma transferência sem contrapartida. Um enunciado pode chamar genericamente qualquer envio de dinheiro de remessa; para classificá-lo, é preciso verificar o fato econômico. A nacionalidade de quem envia ou recebe não determina, isoladamente, a categoria.

2.6. Da renda nacional à renda disponível

A Renda Nacional Disponível Bruta, ou RNDB, acrescenta à RNB as transferências correntes líquidas recebidas do resto do mundo. Essa passagem indica a renda disponível à economia para consumo final e poupança bruta. Transferências correntes entre unidades residentes redistribuem renda dentro da economia; no agregado nacional consolidado, não produzem uma entrada líquida de renda proveniente de fora.

No exemplo anterior, a RNB de 940 recebe transferências correntes de não residentes de 25 e paga transferências correntes a não residentes de 15. O saldo é +10; a RNDB é 950. Se o consumo final total for 800, a poupança bruta nacional é 150. O CCF de 80 conduz à renda nacional disponível líquida de 870 e à poupança líquida de 70. A sequência deve ser seguida sem subtrair uma mesma operação mais de uma vez.

Sequência completa — dados hipotéticos em milhões

Passagem	Cálculo	Resultado
Produção interna bruta	PIB já calculado	1.000
Renda primária dos residentes	$1.000 + 40 - 100$	940
Renda disponível nacional bruta	$940 + 25 - 15$	950
Poupança nacional bruta	$950 - 800$	150
Renda nacional disponível líquida	$950 - 80$	870
Poupança nacional líquida	$150 - 80$	70

A poupança desse exemplo é diferente da formação bruta de capital de 200 apresentada na despesa. A diferença de 50 decorre das relações correntes com o exterior informadas: o saldo comercial é zero, o saldo de rendas primárias é -60 e o saldo de transferências correntes é +10. Não há contradição em ter poupança nacional de 150 e investimento de 200 em uma economia aberta. O mecanismo detalhado do balanço de pagamentos não integra esta aula; basta compreender a relação entre os agregados e a necessidade de indicar as hipóteses.

2.7. Identidade contábil não é teoria de causalidade

Uma identidade é verdadeira pela definição coerente das variáveis e pela organização das contas. Uma relação de comportamento procura explicar decisões, como a reação do consumo a mudanças da renda. Uma condição de equilíbrio envolve compatibilidade de planos em um modelo. Essas três ideias não se confundem. A equação da despesa não afirma, sozinha, que qualquer aumento de um componente causará aumento igual do produto, porque outras variáveis podem se alterar.

Se as empresas produzem mais do que vendem, a parcela não vendida pode entrar nos estoques. O investimento efetivamente observado inclui essa variação, mesmo quando ela não foi planejada. Por isso, a igualdade contábil entre produção e usos não exige que todas as decisões de compra e produção tenham sido antecipadamente compatíveis. Um acúmulo involuntário de estoques pode sinalizar diferenças entre planos, sem invalidar a identidade ex post.

Em uma economia fechada e sem governo, com Y definido como produto e renda agregada compatível, $Y = C + I$ e $Y = C + S$ conduzem a $S = I$. A igualdade resulta das definições e do fechamento do modelo. Se houver governo, deve-se distinguir a poupança privada da poupança pública. Se houver exterior, será necessário incluir o saldo externo corrente pertinente. Não se deve transportar

a igualdade elementar $S = I$ para a poupança de uma família ou de um país aberto sem ajustes.

Em uma representação simplificada com governo, definindo T como tributos líquidos de transferências e G como consumo do governo, a renda disponível privada é $Y - T$, a poupança privada é $Y - T - C$ e a poupança pública é $T - G$. A soma é $Y - C - G$. Se a economia for fechada e I incluir toda a formação de capital, essa soma será igual a I . A hipótese simplificada despreza distinções mais detalhadas de renda e operações; ela não transforma o resultado primário orçamentário de uma administração em medida automática de poupança pública do SCN.

Na economia aberta simplificada em que se supõem nulos os saldos de rendas primárias e transferências correntes com o exterior, $Y = C + G + I + X - M$ e $S_{\text{nacional}} = Y - C - G$ levam a $S - I = X - M$. Se aqueles saldos não forem nulos, a poupança nacional deve partir da RNDB, e não simplesmente do PIB. O exemplo numérico desta aula mostra justamente o cuidado: saldo comercial zero coexistiu com poupança menor que investimento.

Procedimento para resolver identidades

Defina cada agregado: PIB, RNB, RNDB, consumo final e formação de capital.

Verifique se bruto ou líquido e se as bases de avaliação são compatíveis.

Identifique se o modelo é fechado ou aberto, com ou sem governo.

Diferencie hipótese de saldo nulo de ausência de informação; não invente valores.

Calcule e confira os sinais; depois interprete o resultado sem atribuir causalidade que a identidade não demonstrou.

2.8. Questões de interpretação que exigem mais do que uma fórmula

Uma família pode usar poupança para adquirir um título de outra pessoa, mas isso não prova que sua aplicação constitua investimento macroeconômico. Uma empresa pode financiar a aquisição de equipamento por empréstimo, sem que seu caixa previamente acumulado cubra a compra. A identidade agregada não impõe que cada unidade invista exatamente o que poupou no mesmo período. Setores podem apresentar capacidade ou necessidade de financiamento que se articulam entre si.

O PIB também pode crescer enquanto a renda nacional cresce menos, se o saldo de rendas primárias ao exterior variar desfavoravelmente. Da mesma forma, uma transferência corrente recebida do exterior pode elevar RNDB sem elevar PIB, porque não representa produção corrente da economia receptora. Compreender as passagens entre agregados permite identificar essas situações sem tratar qualquer entrada de dinheiro como produção.

Para interpretar corretamente um cálculo, apresente o nome completo do resultado e sua unidade. “940” é apenas um número; “Renda Nacional Bruta de 940 milhões de unidades monetárias no ano considerado” identifica a variável. Diferencie também variação absoluta, taxa de crescimento e participação. A disciplina das unidades reduz erros de comparação e prepara a leitura das medidas nominais e de volume no último capítulo.

3. Consumo, investimento e poupança

Consumo, investimento e poupança não descrevem simplesmente gastar, comprar algo caro e guardar dinheiro. Nas contas nacionais, cada termo possui finalidade específica. Um computador pode representar consumo final de uma família, ativo fixo de uma empresa ou estoque de um comerciante. Sua classificação depende da unidade, da finalidade e do momento da operação. Esta é a base para analisar os usos finais e a relação entre renda e acumulação.

3.1. Consumo intermediário e consumo final

Consumo intermediário compreende bens e serviços transformados ou utilizados durante o processo produtivo, excluindo os ativos fixos cujo uso é registrado de outra maneira. Consumo final se destina à satisfação de necessidades individuais ou coletivas, sem nova transformação em produção segundo a fronteira do sistema. A palavra consumo, em uma equação macroeconômica elementar de usos finais, normalmente significa consumo final; não autoriza incluir todos os insumos das empresas nessa parcela.

O mesmo produto, usos diferentes — casos hipotéticos

Aquisição	Uso econômico	Classificação
Farinha adquirida por padaria para produzir pão	Insumo utilizado no processo produtivo	Consumo intermediário.
Farinha adquirida por família para suas refeições	Satisfação de necessidade doméstica	Consumo final das famílias.
Farinha mantida por comerciante para revenda futura	Bem ainda não vendido nem utilizado	Estoque; sua variação pertinente integra formação de capital.
Computador adquirido para uso pessoal da família	Bem durável de consumo pessoal	Consumo final, não FBCF apenas por ser durável.
Computador adquirido por empresa para uso produtivo por vários anos	Ativo produzido de uso repetido	Formação bruta de capital fixo.
Computador novo ainda não vendido pelo fabricante	Produto acabado mantido para venda	Estoque do fabricante até a destinação pertinente.

A tabela evidencia que durabilidade, isoladamente, não determina investimento. Um automóvel destinado ao uso pessoal da família é bem durável de consumo; um veículo utilizado por unidade produtora em sua atividade por vários períodos pode ser ativo fixo. Uma residência ocupa posição particular: fornece serviços de moradia e sua aquisição ou construção nova se relaciona à formação de capital, enquanto os serviços de moradia consumidos constituem consumo final.

Uma empresa não tem consumo final simplesmente porque compra alimentos, energia ou serviços também usados por famílias. Suas compras podem ser consumo intermediário, formação de capital ou remuneração em espécie, conforme a operação. Dizer que “consumo é toda despesa não financeira” apaga essas diferenças. O sistema atribui consumo final a famílias, governo geral e ISFLSF, e não indistintamente a todas as unidades.

3.2. Consumo final individual e coletivo

Bens e serviços de consumo individual satisfazem necessidades de pessoas ou famílias identificáveis, como alimentação, atendimento de saúde e educação. Serviços coletivos são prestados simultaneamente à comunidade ou a uma parte dela, como certas atividades de administração e segurança. Essa distinção não coincide com a oposição entre compra privada e oferta pública: o governo pode financiar tanto serviços individuais quanto coletivos.

Um atendimento de saúde oferecido pelo governo a uma família é consumo individual, mesmo quando financiado por tributos. Um serviço de administração pública dirigido à comunidade pode ser coletivo. A classificação interessa porque o sistema distingue a unidade que arca com a despesa da unidade que efetivamente recebe os bens e serviços. Não se deve confundir “individual” com privatizado nem “coletivo” com qualquer gasto feito por órgão público.

Despesa e consumo efetivo: duas perguntas

Medida	Pergunta	Exemplo hipotético
Despesa de consumo final	Quem suporta a despesa de aquisição ou fornecimento?	Governo financia atendimento individual de saúde.
Consumo final efetivo	Quem recebe e utiliza o bem ou serviço de consumo?	Família recebe o atendimento financiado pelo governo.
Transferência social em espécie	Que bens ou serviços individuais são fornecidos à família sem pagamento correspondente?	Serviço individual de saúde ou educação disponibilizado pelo governo ou por ISFLSF.

As transferências sociais em espécie permitem passar da despesa de consumo final ao consumo final efetivo. Para as famílias, o consumo efetivo é acrescido dos bens e serviços individuais recebidos do governo e das ISFLSF. Para esses setores fornecedores, a passagem desconta os serviços individuais transferidos e mantém, no caso do governo, seus serviços coletivos. A produção não é somada de novo: muda a apresentação de quem financia e de quem utiliza.

Considere despesas de consumo final das famílias de 500, despesa do governo de 200, dos quais 120 em serviços individuais transferidos às famílias e 80 em serviços coletivos, e nenhuma ISFLSF. O consumo final total é 700. Na ótica do consumo efetivo, famílias recebem 620 e governo mantém 80; o total continua 700. O exemplo é hipotético, em milhões, e mostra que acrescentar 120 ao total sem retirar a transferência da apresentação do governo produziria dupla contagem.

A renda disponível ajustada acompanha essa redistribuição em espécie. Quando uma família recebe serviços individuais, sua renda disponível ajustada e seu consumo final efetivo aumentam de forma correspondente. Por isso, a mudança de apresentação não altera, por si, sua poupança. Serviços em espécie também

não significam que a família tenha recebido dinheiro para aplicar livremente em outro fim.

3.3. Consumo do governo e transferências monetárias

O consumo final do governo está relacionado aos bens e serviços de consumo financiados pelo setor, com as avaliações e ajustes do sistema. Não equivale ao total de despesas públicas. Aquisição de máquinas de uso prolongado ou construção de infraestrutura constituem formação de capital; pagamento de benefício monetário é transferência; amortização de dívida é operação financeira. Essas operações não podem ser reunidas em G apenas porque o pagador é o governo.

Suponha que um órgão adquira materiais de funcionamento de 10, remunere empregados em 30 e utilize ativos com CCF de 4 para prestar serviços não mercantis, sem demais custos ou receitas pertinentes. A produção avaliada pelos custos é 44. A aquisição de uma máquina nova de 12 é um investimento separado; não se soma integralmente aos custos intermediários desse serviço. A transferência de 8 a uma família altera a distribuição da renda, e não eleva a produção do órgão para 64. O exercício emprega unidades monetárias hipotéticas e simplifica os ajustes de consumo do governo.

Tributos e benefícios redistribuem renda entre unidades residentes. Para estudar poupança pública, deve-se recorrer às contas institucionais e seus conceitos, em vez de substituir automaticamente a poupança pelo saldo do orçamento. A despesa de capital orçamentária e a formação de capital do SCN também não possuem correspondência perfeita em qualquer classificação administrativa. A classificação econômica do fato deve ser preservada.

3.4. Formação bruta de capital fixo

A FBCF compreende aquisições, menos cessões, de ativos fixos pelos produtores durante o período, com os componentes pertinentes previstos no sistema. Ativos fixos são ativos produzidos usados repetida ou continuamente na produção por

mais de um ano. O conjunto não se limita a máquinas: inclui construções, equipamentos, determinados recursos biológicos cultivados e produtos de propriedade intelectual, conforme sua definição.

Uma infraestrutura pública nova pode representar FBCF, assim como equipamento de uma empresa privada. O fato de a unidade proprietária ser pública não altera o caráter de uso produtivo prolongado do ativo. Na convenção da despesa adotada nesta aula, essas aquisições entram em I, evitando contá-las também em G. Casas novas também constituem ativos fixos por produzirem serviços de moradia.

Classificação da aquisição: o que verificar

Pergunta	Consequência prática
É um ativo produzido ou um recurso não produzido?	Máquina nova e terreno não recebem o mesmo tratamento.
Será usado repetidamente na produção por mais de um período anual?	Ajuda a distinguir ativo fixo de insumo intermediário.
É aquisição ou cessão pelo produtor?	A formação de capital considera aquisições menos cessões pertinentes.
Há melhoria substancial ou manutenção ordinária?	Melhoria pode integrar FBCF; conservação ordinária corresponde a consumo intermediário pertinente.
A transferência ocorre entre residentes e o ativo já existe?	Aquisição e cessão podem se compensar no agregado; custos de transferência exigem exame próprio.

A manutenção ordinária mantém o ativo em funcionamento dentro de suas características e vida útil esperadas. Melhorias substanciais ampliam capacidade, desempenho ou vida útil para além da conservação rotineira. Trocar uma peça defeituosa por outra equivalente para que a máquina continue operando não é necessariamente formação de capital. Ampliar uma edificação

ou realizar uma transformação que eleve substancialmente sua capacidade pode ser investimento. A magnitude econômica da alteração e sua finalidade são relevantes, não apenas o nome “reforma” na nota de despesa.

O terreno é um ativo não produzido; sua compra não cria, por si, formação de capital produzido. Melhorias de terreno, como obras pertinentes de preparação ou drenagem, podem gerar ativos produzidos. Custos de transferência de propriedade de ativos também recebem tratamento específico de formação de capital. Em exemplos elementares que desprezam esses custos, deve-se dizer expressamente que não existem ou não são considerados, para não criar uma falsa regra de que qualquer serviço associado à compra de ativo usado fica fora do PIB.

A compra de máquina usada de uma empresa residente por outra empresa residente acrescenta uma aquisição à compradora e uma cessão à vendedora. Desconsiderando custos de transferência e demais operações, não há acréscimo líquido de FBCF da economia apenas pela mudança de proprietário. Isso não significa que a compradora não registre aquisição de ativo. O que é verdadeiro para uma unidade não é necessariamente um acréscimo para a economia inteira.

A importação de equipamento pode elevar a FBCF da economia residente, mas seu valor importado é deduzido na mensuração do PIB pela despesa. A aquisição de um ativo estrangeiro produzido não é confundida com produção interna. Já a importação de um bem para consumo familiar integra consumo final e M. O destino e a origem são dimensões diferentes: primeiro se classifica o uso; depois se retira a produção não residente do agregado interno.

3.5. Investimento macroeconômico e aplicação financeira

Na linguagem cotidiana, investir pode significar comprar títulos, moedas ou participações financeiras. Para os usos finais do PIB, investimento se refere à formação de capital, não à mera troca de instrumentos financeiros. Aplicar em um título transfere ou constitui um direito financeiro; não representa, pela

própria operação, fabricação de equipamento ou construção de ativo. Uma empresa poderá usar financiamento para adquirir bens de capital, mas a operação financeira e a aquisição produtiva são registros distintos.

Considere uma família que, no período, deixa de consumir 20 de sua renda disponível e usa esse valor para comprar títulos já existentes de outra família. A primeira poupou 20 pelas informações de renda e consumo; a compra de títulos indica uma alocação financeira. Não se pode concluir que houve FBCF de 20 na economia. Se os recursos fossem utilizados por uma unidade para financiar a produção e aquisição de máquina nova, essa aquisição seria avaliada em sua operação própria, sem transformar o título em máquina.

Três operações que não devem ser confundidas

Poupança: parcela da renda disponível não destinada ao consumo final, observados os ajustes pertinentes.

Aplicação financeira: aquisição de um ativo financeiro; descreve uma forma de alocar recursos.

Formação de capital: aquisição líquida de ativos produzidos pertinentes e variação de estoques, com a classificação prevista nas contas.

3.6. Variação de estoques e produção não vendida

Estoques incluem matérias-primas, produtos em elaboração, produtos acabados e bens para revenda pertinentes. A variação de estoques registra entradas menos retiradas e perdas correntes pertinentes, com avaliação consistente. A simples diferença monetária entre saldo final e inicial pode incorporar ganhos de preço que não representam produção. Por isso, as entradas e retiradas precisam ser avaliadas de forma a separar transações de revalorizações.

Uma empresa inicia o período com dez unidades de produto, fabrica vinte e vende dezoito, sem perdas. Termina com doze unidades. Se todos os movimentos forem avaliados ao mesmo preço de 5 por unidade, a variação de

estoques é +10: duas unidades adicionais multiplicadas por 5. O valor das vendas é 90 e o valor da produção nova é 100. Somar vendas e variação pertinente produz 100. O exemplo hipotético mantém o preço constante para isolar a lógica das quantidades.

Se a empresa fabricar vinte e vender vinte e três, retirará três unidades de estoques anteriores. Com preço constante de 5, venderá 115 e registrará variação de estoques de -15; a produção corrente continua 100. O resultado negativo não apaga produção antiga nem indica que o estoque final precise ser negativo. Mostra apenas que houve retirada líquida de bens anteriormente disponíveis.

Se os preços do estoque já existente subirem, o ganho de detenção não constitui produção corrente. Um estoque de dez unidades passa de valor 50 para 60 quando o preço sobe de 5 para 6, mesmo sem nova fabricação ou aquisição. Essa valorização de 10 não é investimento por variação de quantidades. Exercícios que fornecem estoques em valores correntes de duas datas precisam informar o tratamento das revalorizações ou assumir preços constantes; subtrair os saldos sem essa cautela pode gerar resultado incorreto.

O investimento observado pode conter estoques desejados ou involuntários. Uma empresa que pretendia vender todos os bens produzidos mas não encontrou demanda terá acúmulo involuntário. Nas contas ex post, esse estoque integra a destinação da produção. Na análise de decisões, porém, pode indicar um desequilíbrio entre produção planejada e demanda. Essa diferença será importante sempre que uma questão misturar identidade contábil e planos dos agentes.

3.7. Poupança das unidades e poupança nacional

A poupança é um saldo da conta de uso da renda. Em uma apresentação simplificada, corresponde à renda disponível menos consumo final. Nas contas setoriais completas, o ajuste pela variação dos direitos de pensão pode ser

pertinente; a simplificação deve declarar sua ausência ou não relevância. Na economia total, o consumo final soma os setores que o realizam e a renda disponível é a RNDB, não simplesmente a soma dos salários nem o PIB sem os ajustes externos.

Uma família com renda disponível de 100 e consumo final de 85, sem ajuste pertinente de direitos de pensão, apresenta poupança de 15. Esse saldo não revela, sozinho, o aumento de seus depósitos: a família pode adquirir ativos não financeiros, vender ativos, contrair ou amortizar dívidas e ter ganhos ou perdas de valor. Se os depósitos aumentarem 20, não se pode concluir automaticamente que ela poupou 20. Se diminuïrem, também não se pode afirmar que sua poupança foi necessariamente negativa.

A poupança pode ser negativa quando o consumo final supera a renda disponível pertinente. Isso pode ser financiado por venda de ativos ou por endividamento, entre outras operações. Poupança negativa não é sinônimo de ausência de qualquer patrimônio. Da mesma forma, uma unidade com grande patrimônio pode apresentar baixa poupança no período. A distinção entre fluxo de renda e estoque de riqueza reaparece aqui.

Sociedades não realizam consumo final nas contas nacionais. Sua renda disponível, após os ajustes pertinentes, se relaciona à poupança do setor. Não se deve atribuir apenas às famílias toda a poupança nacional. Governo e sociedades também possuem contas de renda e de acumulação, e famílias podem realizar formação de capital em sua condição de produtoras. A análise macroeconômica precisa reunir os setores sem apagar suas diferenças.

Poupança: atalhos que precisam de correção

Atalho inadequado	Análise correta
Poupança é o saldo da caderneta.	Saldo da caderneta é estoque de ativo; poupança é fluxo relacionado à renda e ao consumo.

Atalho inadequado	Análise correta
Toda aplicação em títulos é investimento do PIB.	Aplicação financeira e formação de capital são operações diferentes.
Poupança nacional é PIB menos consumo das famílias.	É preciso partir da renda disponível nacional e retirar o consumo final total pertinente.
Poupança negativa implica patrimônio negativo.	Fluxo de poupança não determina sozinho o nível do patrimônio.
Cada setor só pode investir o que poupou no ano.	Setores podem obter ou conceder financiamento; a identidade agregada não impõe autofinanciamento individual.

3.8. Poupança, formação de capital e financiamento: caso integrado

Considere uma economia fechada, sem governo e sem transferências externas, na qual o produto e a renda disponíveis compatíveis sejam 500. O consumo final é 400; a formação de capital fixo, 80; a variação de estoques, 20. A despesa é $400 + 80 + 20 = 500$. A poupança é $500 - 400 = 100$ e o investimento bruto é 100. Se o CCF for 30, a poupança líquida e a formação líquida de capital serão 70. Todos os valores são hipotéticos, na mesma unidade e no mesmo período.

Agora separe os agentes dessa mesma economia. Um setor pode apresentar poupança de 70 e formação de capital de 40, enquanto outro apresenta poupança de 30 e formação de capital de 60. O primeiro tem excedente de recursos em relação à formação de capital e o segundo precisa financiar a diferença. Agregadamente, poupança e formação de capital continuam em 100. O financiamento entre setores explica por que não é necessário impor igualdade em cada setor isoladamente.

Em uma economia aberta, a análise deve incluir as relações correntes com não residentes. Se a poupança nacional é 90 e a formação de capital é 120, a

diferença de 30 não torna os dados impossíveis. Sob as hipóteses apropriadas, ela se relaciona ao saldo corrente externo. Uma capacidade ou necessidade de financiamento mais completa também considera transferências de capital e aquisições líquidas de ativos não produzidos; por isso, o saldo simples $S - I$ não deve ser apresentado como conta de capital integral em qualquer caso.

A sequência do raciocínio é mais segura que a memorização de siglas: identifique renda disponível, consumo final, poupança, formação de capital e operações adicionais. Verifique se os valores são brutos ou líquidos. Determine se a economia é aberta ou fechada e se o enunciado despreza as operações que modificam a passagem ao financiamento. Só então utilize a identidade pertinente. Esse procedimento evita atribuir a uma questão simples uma hipótese que ela não autorizou.

Síntese do capítulo

A finalidade econômica define consumo intermediário, consumo final e formação de capital.

Despesa de consumo e consumo efetivo apresentam financiador e beneficiário; transferências em espécie não duplicam a produção.

FBCF inclui ativos produzidos de uso repetido; manutenção ordinária, terrenos e aplicações financeiras exigem classificações próprias.

Variação de estoques é fluxo pertinente, separado de ganhos de preço.

Poupança parte da renda disponível; diferenças entre setores podem ser financiadas e a abertura externa altera a identidade agregada simplificada.

4. Medidas nominais e reais e interpretação dos agregados

O valor monetário da produção pode crescer porque a quantidade ou a qualidade dos produtos aumentou, porque os preços mudaram ou por uma combinação desses movimentos. Para comparar atividade econômica ao longo do tempo, é preciso separar a variação de preços da variação de volume. O mesmo cuidado

vale para ler taxas trimestrais, indicadores por habitante e participações dos componentes da despesa.

4.1. Valor nominal e medida de volume

Uma medida nominal, ou a preços correntes, avalia os produtos pelos preços do próprio período. Em uma economia didática de um bem, o valor nominal é preço multiplicado pela quantidade. A medida a preços constantes de um ano-base avalia as quantidades dos diferentes períodos pelo mesmo conjunto de preços. Ela permite isolar o efeito das quantidades nessa representação simplificada. Em economias com muitos produtos, é necessário considerar também mudanças de qualidade e composição.

Economia de um produto — números hipotéticos

Ano	Quantidade produzida	Preço por unidade	Valor nominal	Valor a preços do ano A
A	100 unidades	10 unidades monetárias	1.000	1.000
B	110 unidades	12 unidades monetárias	1.320	1.100

O valor nominal cresce 32%, de 1.000 para 1.320. A quantidade cresce 10%, de 100 para 110. O preço sobe 20%, de 10 para 12. O valor a preços do ano A sobe de 1.000 para 1.100, mostrando crescimento de 10% nessa medida de volume. Não é correto subtrair 20 de 32 e afirmar crescimento real exato de 12%: os efeitos de preços e quantidades se combinam multiplicativamente.

Relação exata no exemplo

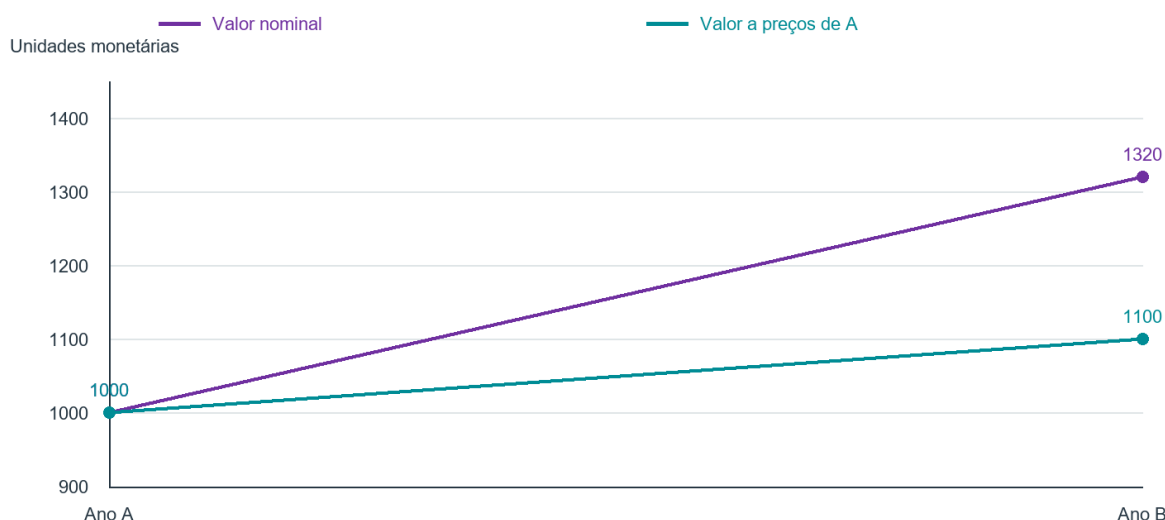
Fator de variação nominal = fator de variação de preços $\times$ fator de variação de volume.

$$1,32 = 1,20 \times 1,10.$$

$$\text{Variação de volume} = (1,32 \div 1,20 - 1) \times 100 = 10\%.$$

A diferença entre taxas pode ser uma aproximação para variações pequenas, mas não substitui a relação exata quando o exercício pede cálculo preciso.

Preço e quantidade: valor nominal e volume



Fonte: dados hipotéticos autorais. Unidade: unidades monetárias. Ano A: 100 unidades a 10; ano B: 110 unidades a 12. Volume do ano B avaliado ao preço do ano A, com qualidade constante.

As linhas partem do mesmo valor no ano A. No ano B, o valor corrente chega a 1.320, mas a medida que conserva o preço de 10 chega a 1.100. A distância de 220 no segundo ano decorre, neste exemplo de bem homogêneo, da avaliação das 110 unidades ao preço de 12 em vez de 10. O gráfico evidencia por que um aumento de 32% em valor não equivale a crescimento de 32% na quantidade produzida.

Quando o preço permanece constante, o valor nominal e a medida de volume variam na mesma proporção. Quando a quantidade permanece constante, o aumento nominal pode resultar inteiramente da mudança de preço. Quando preços e quantidades se movem em sentidos contrários, o valor nominal pode crescer pouco, ficar estável ou diminuir, mesmo que o volume aumente. É necessário conhecer as duas dimensões para interpretar o resultado.

4.2. Deflator implícito: cálculo e significado

O deflator implícito relaciona o valor corrente à medida de volume correspondente, observadas as unidades e a referência adotadas. Em uma representação elementar com PIB real a preços de um mesmo ano-base, o deflator é PIB nominal dividido pelo PIB real, multiplicado por 100. No ano de referência, ambos coincidem e o índice vale 100. Um índice de 120 não significa inflação de 120%: significa nível de preços 20% maior do que a referência nessa representação.

Na economia de um produto apresentada, o deflator do ano B é $1.320 \div 1.100 \times 100 = 120$. Para obter o PIB real a partir do nominal e do deflator, divide-se 1.320 por 1,20, chegando a 1.100. Se o deflator for dado como índice 120, a fórmula equivalente é $1.320 \div 120 \times 100$. Confundir índice e fator é uma fonte de erros: dividir por 120 sem multiplicar por 100 altera a escala do resultado.

Operações com um deflator — dados hipotéticos

Informação	Operação	Resultado
PIB nominal = 2.400; PIB real = 2.000	$2.400 \div 2.000 \times 100$	Deflator = 120
PIB nominal = 2.760; deflator = 120	$2.760 \div 1,20$	PIB real = 2.300
Deflator passa de 120 para 126	$126 \div 120 - 1$	Variação = 5%

Informação	Operação	Resultado
PIB nominal cresce 15% e deflator cresce 5%	$1,15 \div 1,05 - 1$	Volume cresce aproximadamente 9,52%

A variação de um índice depende de seu valor inicial. A passagem de 120 para 126 equivale a seis pontos de índice e a aumento de 5%, não a aumento de 6%. Da mesma maneira, se o PIB real crescer de 2.000 para 2.300, a taxa é 15%, enquanto o aumento absoluto é 300 unidades monetárias de referência. Taxa percentual, pontos de índice e variação absoluta respondem a perguntas distintas.

4.3. Deflator do PIB e índices de preços ao consumidor

O deflator do PIB tem cobertura ligada aos produtos da produção interna abrangidos pela medida, enquanto um índice de preços ao consumidor acompanha uma cesta e uma população de referência definidas para consumo. O PIB inclui componentes que não são compras correntes das famílias, como formação de capital, serviços coletivos e exportações. O consumo familiar pode incluir bens importados. As ponderações e a composição dos indicadores também podem diferir.

Por isso, a inflação medida por um índice ao consumidor não é substituto automático do deflator do PIB. Um aumento do preço de uma máquina produzida internamente pode influenciar o agregado de produção sem ocupar a mesma posição na cesta de consumo familiar. Uma mudança de preço de um bem importado consumido pelas famílias pode afetar o índice ao consumidor, mas não representa, diretamente, preço de produção interna. Os efeitos indiretos existem e não eliminam a diferença de cobertura.

Comparação de medidas de preços

Aspecto	Deflator do PIB	Índice de preços ao consumidor
Objeto central	Relação entre valor corrente e medida de volume da produção interna pertinente.	Evolução de preços de cesta de consumo da população definida.
Componentes relevantes	Consumo, capital, exportações e demais componentes associados à produção interna.	Bens e serviços da cesta de consumo definida.
Bens importados	Não constituem produção interna; há tratamento das importações na mensuração.	Podem participar da cesta de consumo.
Uso neste capítulo	Separar valor e volume de agregados compatíveis.	Ilustrar por que um indicador de preços não substitui outro sem exame da cobertura.

Na compilação efetiva das contas, não se deflaciona todo o PIB com um único índice de consumo escolhido por conveniência. As medidas de volume são construídas com indicadores e procedimentos adequados aos componentes, conciliando produção e usos. O deflator agregado é derivado implicitamente da relação entre os agregados correspondentes. A escolha de índices precisa respeitar cobertura, momento de avaliação e tipo de preço utilizado.

4.4. Dois produtos: como os preços tornam somáveis quantidades diferentes

Não se somam fisicamente unidades de pão e consultas médicas para obter uma quantidade total de produto. Os valores monetários permitem a agregação, e uma comparação de volume usa preços de referência para ponderar quantidades distintas. Na realidade, a qualidade dos serviços e dos bens também importa. O

exemplo seguinte mantém dois produtos homogêneos e qualidade constante para mostrar a operação básica.

Dados hipotéticos: quantidades e preços

Produto	Quantidade A	Preço A	Quantidade B	Preço B
Produto 1	100	2	110	3
Produto 2	20	10	22	12

No ano A, o valor é $100 \times 2 + 20 \times 10 = 400$. No ano B, o valor corrente é $110 \times 3 + 22 \times 12 = 594$. Avaliando as quantidades do ano B pelos preços do ano A, obtém-se $110 \times 2 + 22 \times 10 = 440$. O volume cresce 10% nessa comparação, enquanto o valor nominal cresce 48,5%. O deflator correspondente é $594 \div 440 \times 100 = 135$. A medida de volume não resulta de somar 110 e 22 como se fossem produtos fisicamente iguais.

Se as quantidades dos produtos variassem em proporções diferentes, sua importância no valor de referência influenciaria a variação do agregado. Uma atividade de pequena participação pode crescer muito sem determinar sozinha a taxa do produto total. A taxa do agregado exige ponderação compatível; não é, em geral, a média aritmética simples das taxas dos componentes. Também não é válida a inferência de que o setor com maior taxa será necessariamente o maior contribuinte absoluto para o crescimento.

4.5. Valores a preços do ano anterior e encadeamento

O sistema brasileiro calcula valores correntes e medidas apoiadas em preços do ano anterior, com pesos atualizados. A utilização sucessiva desses elos permite construir séries encadeadas de volume. O ano em que a série encadeada é normalizada não significa que todas as quantidades de todos os períodos continuem avaliadas por um único conjunto de preços fixos daquele ano. Essa diferença separa referência de índice e base de ponderação.

Considere índices relativos de volume de 105 entre A e B e 110 entre B e C, cada um com seu período anterior igual a 100. Para expressar a evolução acumulada com A = 100, a série é A = 100, B = 105 e C = 115,5, pois $105 \times 1,10 = 115,5$. A variação acumulada é 15,5%, não 15%. Os valores são hipotéticos e apenas ilustram o encadeamento; não reproduzem a compilação completa do IBGE.

A atualização dos pesos torna a comparação mais adequada a mudanças na estrutura da economia, mas traz uma consequência: séries encadeadas dos componentes podem perder aditividade. A soma de níveis encadeados de consumo, investimento e demais componentes não precisa reproduzir o nível encadeado do PIB fora das situações de referência pertinentes. Isso não autoriza alterar os números para forçar igualdade nem significa, por si, erro de divulgação.

Onde as identidades continuam exigindo cuidado

As contas a preços correntes preservam as identidades com bases de avaliação compatíveis.

As tabelas a preços do ano anterior permitem a agregação pertinente para o elo de comparação.

Séries encadeadas de volume podem não ser aditivas; não some seus níveis como se estivessem todos em um único conjunto fixo de preços.

Para interpretar uma publicação, leia a referência, a unidade, o método e as notas da série.

A distinção terminológica também importa. “PIB real” aparece na literatura introdutória para uma medida que retira preços. Nas contas modernas, a expressão “medida de volume encadeada” informa com mais precisão o procedimento. A renda real pode envolver poder de compra e não apresenta necessariamente a mesma decomposição em preço e quantidade de um produto.

Nesta aula, não serão intercambiadas automaticamente renda real, volume da produção e valor corrente deflacionado por qualquer índice.

4.6. Valor adicionado em volume: por que olhar também os insumos

Valor adicionado é produção menos consumo intermediário. Se os preços ou volumes da produção e dos insumos evoluem de forma diferente, deflacionar diretamente o saldo com um índice arbitrário pode ocultar essa diferença. A lógica da dupla deflação avalia produção e consumo intermediário por medidas adequadas e calcula o valor adicionado de volume por diferença. O conceito é suficiente para entender o mecanismo sem avançar nos algoritmos de compilação.

Em um exemplo hipotético, a produção corrente é 240 e o consumo intermediário corrente é 120, gerando VAB corrente de 120. Suponha que seus fatores de preços compatíveis sejam, respectivamente, 1,20 e 1,50. A produção avaliada na referência é 200 e o consumo intermediário, 80; o VAB de volume dessa representação é 120. Dividir o VAB corrente de 120 apenas pelo fator 1,20 da produção daria 100 e não reproduziria a diferença correta. O exemplo mantém fixas as definições e simplifica a formação dos índices.

Esse cuidado ajuda a interpretar mudanças nas margens ou na estrutura produtiva. Um aumento do preço de um insumo não representa automaticamente aumento de sua quantidade, e uma elevação do faturamento não prova crescimento da produção em volume. Para comparar atividades, a avaliação dos insumos e dos produtos precisa preservar o significado do valor adicionado.

4.7. Taxas trimestrais: qual é a base de comparação?

Uma divulgação pode apresentar taxa em relação ao trimestre imediatamente anterior com ajuste sazonal, taxa em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, taxa acumulada no ano e taxa acumulada em quatro trimestres. Elas

usam comparações diferentes. Um resultado positivo em uma delas não determina o mesmo sinal nem o mesmo valor nas outras. Antes de interpretar “crescimento”, identifique a janela e a série utilizadas.

Quatro comparações frequentes

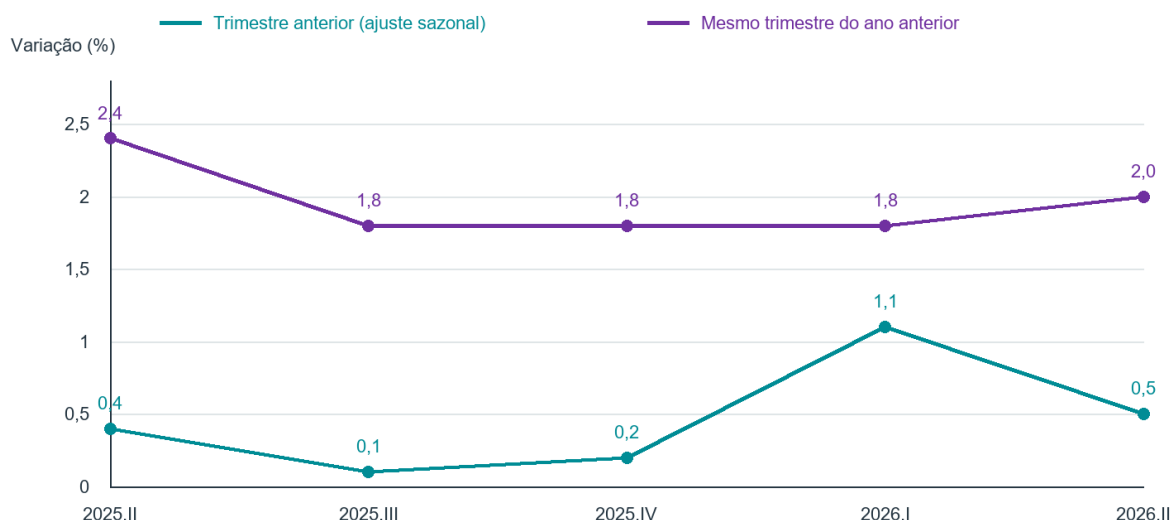
Indicador	Base de comparação	Uso
Trimestre contra trimestre anterior com ajuste sazonal	Períodos consecutivos após tratamento da sazonalidade pertinente.	Movimento mais recente da atividade.
Trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior	Mesmo trimestre em anos diferentes.	Comparação interanual do trimestre.
Acumulado no ano	Período desde janeiro até o trimestre contra o mesmo período do ano anterior.	Evolução no ano até a data.
Acumulado em quatro trimestres	Últimos quatro trimestres contra os quatro imediatamente anteriores.	Evolução em janela móvel anual.

O ajuste sazonal procura retirar padrões recorrentes associados ao calendário, como alterações de atividade ao longo dos trimestres. Ele não transforma a série em previsão e não elimina todas as oscilações ou choques. Os métodos também podem levar a revisões quando chegam observações novas. Comparar dois trimestres consecutivos de uma série não ajustada sem considerar sazonalidade pode atribuir a uma mudança econômica o que pertence a um padrão recorrente.

Na publicação original do IBGE de abril a junho de 2026, divulgada em 1º de setembro de 2026, o PIB variou 0,5% frente ao trimestre anterior com ajuste sazonal e 2,0% frente ao mesmo trimestre de 2025. No acumulado do semestre e na janela de quatro trimestres, a variação informada foi de 1,9%. Esses números não são conflitantes: cada um responde a uma comparação diferente.

São resultados da edição identificada, sujeitos às revisões estatísticas pertinentes.

PIB: duas bases de comparação ao longo de cinco trimestres



Fonte: IBGE, Contas Nacionais Trimestrais, abr.–jun.2026, tabelas I.1/I.2. Divulgação: 1º/09/2026. Unidade: %. Taxas trimestrais, com ajuste sazonal apenas na comparação contra o trimestre anterior. Reexpressão gráfica autoral dos dados publicados.

O gráfico mantém separadas as duas bases. A série frente ao trimestre anterior informa variações de 0,4%, 0,1%, 0,2%, 1,1% e 0,5% nos cinco períodos apresentados. A série interanual informa 2,4%, 1,8%, 1,8%, 1,8% e 2,0%. A comparação entre os valores dentro de cada série é possível; subtrair um valor da outra série não cria uma nova medida de crescimento do PIB. O gráfico também não informa contribuição causal de uma política.

A publicação informa que as séries são ajustadas sazonalmente de forma direta, isto é, individualmente. Esse detalhe reforça o cuidado de não obter automaticamente um agregado ajustado somando níveis de componentes

ajustados de maneira independente. As regras de aditividade e de ajuste precisam ser conferidas nos metadados da série utilizada.

4.8. Participação, taxa de crescimento e contribuição

Participação é a razão entre o valor de um componente e o agregado compatível, normalmente expressa em porcentagem. Taxa de crescimento compara o valor ou o volume de uma variável entre períodos. Contribuição ao crescimento procura expressar quanto cada componente acrescenta à variação agregada conforme uma metodologia de decomposição. Uma participação elevada não significa taxa elevada, e uma taxa elevada não determina participação elevada.

Em uma economia hipotética a preços correntes, a FBCF é 180 e o PIB é 1.000; a razão FBCF/PIB é 18%. Se a FBCF passa para 198 e o PIB para 1.100, a participação permanece em 18%, embora os dois valores tenham crescido 10%. Se o PIB permanecer em 1.000, a participação passa para 19,8%, aumento de 1,8 ponto percentual. Os 1,8 pontos percentuais não devem ser chamados de crescimento de 1,8% da FBCF.

Para uma decomposição didática em preços constantes comuns, um componente com peso inicial de 80% e aumento de volume de 1% contribui com 0,8 ponto percentual; outro com peso de 20% e aumento de 4% também contribui com 0,8 ponto percentual. O agregado cresce 1,6% nessa representação. Não se deve transferir mecanicamente essa conta simples a séries encadeadas e dessazonalizadas sem a metodologia de contribuição pertinente.

4.9. PIB por habitante, distribuição e bem-estar

O PIB por habitante divide o produto pela população compatível com o período e a medida. Se o PIB real aumenta 3% e a população aumenta 1%, a variação real por habitante é $1,03 \div 1,01 - 1$, aproximadamente 1,98%. O crescimento do total e o crescimento por habitante são diferentes. Um aumento populacional pode fazer a produção total crescer mesmo quando a produção média por habitante não aumenta.

A média não revela a distribuição entre pessoas. Duas economias com PIB por habitante semelhante podem apresentar desigualdade, acesso a serviços e condições ambientais diferentes. O PIB também não é a renda monetária efetivamente recebida por cada habitante; produto interno, renda nacional e renda disponível possuem passagens específicas. Ao usar o indicador em gestão pública, esclareça sua finalidade e complemente a análise com medidas de distribuição e condições de vida quando essas forem a pergunta relevante.

Produção e patrimônio também podem seguir movimentos diferentes. Após um desastre, a reconstrução gera produção corrente, enquanto a destruição de ativos representa perda patrimonial. O aumento da atividade de reconstrução não demonstra que a sociedade ficou mais rica do que estaria sem o desastre. Uma interpretação adequada distingue a medida de produção do período, a alteração de estoques e o bem-estar das pessoas afetadas.

4.10. Leitura integrada de uma informação econômica

Antes de aceitar uma afirmação sobre produto, identifique seis elementos: variável, residência, período, avaliação de preços, unidade e base de comparação. Uma comparação de PIB nominal anual em reais com índice trimestral de volume não mede uma taxa homogênea. Uma participação calculada com FBCF real encadeada e PIB nominal também mistura bases. O nome abreviado de uma série não dispensa a leitura de seus metadados.

Roteiro de conferência de dados

Qual agregado está sendo medido: PIB, RNB, RNDB, consumo, formação de capital ou poupança?

O resultado é fluxo do período ou estoque em uma data?

Está a preços correntes, em medida de volume, em índice ou em unidades monetárias de referência?

Qual o período e, se houver taxa, qual sua base de comparação?

A série tem ajuste sazonal, encadeamento ou revisão identificados?

Que conclusão os dados sustentam e que conclusão exigiria informações adicionais?

A aplicação desse roteiro organiza o conteúdo da aula. O cálculo correto das identidades exige classificação dos fatos e sinais; a interpretação correta exige saber o que os números medem. Nas questões autorais, dados hipotéticos servirão para isolar os mecanismos e dados oficiais serão sempre identificados pela edição. As relações contábeis e os métodos de leitura serão tratados como instrumentos de compreensão, sem atribuir a indicadores uma capacidade de explicar causalidade que eles não possuem isoladamente.

5. QUESTÕES AUTORAIS

As questões desta aula são autorais, elaboradas com cinco alternativas e uma resposta correta para o recorte do item 7.1.1 do edital. Textos e situações sem atribuição explícita de fonte são exemplos autorais.

Questão 01

Uma analista compara o PIB anual com o valor das máquinas existentes no último dia do ano. Para manter a coerência da comparação, deve reconhecer que esses indicadores representam, respectivamente,

- (A) estoque de produtos e fluxo de formação de capital.
- (B) fluxo de produção e estoque de ativos.
- (C) estoque patrimonial e estoque de ativos.
- (D) fluxo de consumo final e estoque de insumos.
- (E) fluxo de renda disponível e fluxo de formação de capital.

Questão 02

Uma sociedade mantém centro de interesse econômico predominante no Brasil e produz aqui equipamentos. Seu controlador é residente em outro país. Considerando a residência econômica informada, a produção da sociedade integra

- (A)** o PIB brasileiro, e a residência do controlador transforma a remuneração dos empregados em transferência.
- (B)** o PIB brasileiro, e o lucro devido ao controlador deve ser somado novamente ao mesmo PIB.
- (C)** o PIB brasileiro, e rendas primárias pagas ao controlador não residente afetam a passagem à RNB.
- (D)** o PIB do país do controlador, e dividendos recebidos por ele constituem exportação brasileira.
- (E)** a RNB do país do controlador, e deve ser retirada do PIB brasileiro pelo controle estrangeiro.

Questão 03

Um produtor de trigo vende por 100 a um moinho, que vende farinha por 180 a uma padaria. A padaria vende pão por 300 às famílias. Todos são residentes; os únicos insumos intermediários são os informados; não há estoques nem impostos líquidos sobre produtos. Em unidades monetárias, o produto dessa cadeia é

- (A) 180.
- (B) 300.
- (C) 480.
- (D) 580.
- (E) 200.

Questão 04

Uma unidade pública presta serviços não mercantis. No ano, seus custos pertinentes são 20 de consumo intermediário, 60 de remuneração e 5 de consumo de capital fixo, sem outros impostos líquidos sobre a produção. Em unidades monetárias, sua produção e seu VAB são, respectivamente,

- (A) 85 e 65.
- (B) 65 e 85.
- (C) 80 e 60.
- (D) 85 e 80.
- (E) 60 e 65.

Questão 05

Uma família produz vegetais para autoconsumo, utiliza os serviços de sua moradia própria e realiza limpeza doméstica não remunerada para seus membros. Na fronteira central de produção do SNA 2008, esses fatos recebem o seguinte tratamento:

- (A)** vegetais e limpeza doméstica são incluídos; serviços de moradia própria são excluídos por ausência de aluguel pago.
- (B)** serviços de moradia própria são incluídos; vegetais e limpeza doméstica são excluídos por autoconsumo.
- (C)** os três são incluídos pela possibilidade de contratar terceiros para produzir esses bens e serviços.
- (D)** vegetais são incluídos; serviços de moradia própria e limpeza doméstica são excluídos por ausência de venda.
- (E)** vegetais e serviços de moradia própria são incluídos; a limpeza doméstica para uso próprio é, em geral, excluída.

Questão 06

Um empreendimento sem cadastro empresarial produz refeições e as vende a clientes. Para classificar conceitualmente sua atividade nas contas nacionais, a ausência de cadastro

- (A)** exige deduzir seu valor adicionado do PIB, mesmo que a produção seja estimada por pesquisa domiciliar.
- (B)** permite incluir as receitas somente após sua transformação em salários pagos a trabalhadores registrados.
- (C)** faz o valor adicionado ser igual à receita bruta, pois não há registro formal de insumos.
- (D)** impõe classificar a produção como não mercantil, mesmo quando as refeições são vendidas a preços economicamente significativos.
- (E)** não retira, por si, a atividade da fronteira da produção, embora possa dificultar sua observação estatística.

Questão 07

Uma empresa produz dez equipamentos novos em dezembro e os mantém para venda, sem mudança de preço nem perdas. Todos são de sua propriedade no encerramento do ano. A ausência de venda nesse ano implica que os equipamentos

- (A) integram a FBCF do fabricante pelo fato de sua venda ocorrer em exercício posterior.
- (B) integram o estoque final, mas seu valor deve ser retirado da produção corrente até a mudança de proprietário.
- (C) integram a produção corrente, mas ficam fora da formação bruta de capital por não terem sido vendidos.
- (D) integram a produção do ano seguinte, porque a realização da receita define o período de produção.
- (E) podem integrar a produção corrente e a variação de estoques do fabricante.

Questão 08

Uma padaria compra farinha por 30, integralmente utilizada no preparo de pães no período, e um forno novo por 100, destinado à produção durante vários anos. Na classificação dos usos, sem custos adicionais, essas compras correspondem, respectivamente, a

- (A) consumo intermediário e formação bruta de capital fixo.
- (B) consumo final e formação bruta de capital fixo.
- (C) variação de estoques e consumo final, mesmo se a farinha for usada no período.
- (D) formação bruta de capital fixo e consumo intermediário.
- (E) consumo intermediário e consumo intermediário.

Questão 09

Duas famílias residentes negociam um automóvel usado por 50, sem intermediação ou outros serviços. Esse fato, considerado isoladamente,

- (A) eleva a FBCF nacional em 50 por transferir um bem durável.
- (B) eleva o PIB em 50 por constituir despesa de consumo de uma das famílias.
- (C) reduz o PIB em 50 pela cessão do bem da família vendedora.
- (D) eleva o PIB em 100 pela soma do recebimento e do pagamento.
- (E) transfere a propriedade de bem existente, sem gerar nova produção de automóvel no período.

Questão 10

Na ótica da produção, o VAB a preços básicos é 800, os impostos sobre produtos são 90, os subsídios sobre produtos são 10 e os outros impostos líquidos sobre a produção já incluídos no VAB são 40. O PIB a preços de mercado, em unidades monetárias, é

- (A) 880.
- (B) 800.
- (C) 840.
- (D) 920.
- (E) 900.

Questão 11

Uma tabela apresenta o VAB a preços básicos de uma atividade. Para convertê-lo a uma medida a custo de fatores, a analista considera os outros impostos sobre a produção, líquidos de subsídios. Esse procedimento é necessário porque

- (A) custo de fatores inclui impostos sobre produtos e preço básico os exclui.
- (B) custo de fatores mede produção corrente e preço básico mede estoque patrimonial.
- (C) preço básico corresponde a consumo final e custo de fatores a consumo intermediário.
- (D) preço básico exclui consumo de capital fixo e custo de fatores o inclui.
- (E) preço básico e custo de fatores diferem pelo tratamento desses outros impostos líquidos.

Questão 12

Uma gestora deseja identificar, por produto e atividade, a origem dos recursos disponíveis e sua utilização como insumos ou usos finais. A peça das contas nacionais mais diretamente associada a essa pergunta é

- (A) o índice agregado do deflator do PIB.
- (B) o saldo de poupança nacional.
- (C) a Tabela de Recursos e Usos.
- (D) a conta de patrimônio financeiro final.
- (E) o registro de remuneração dos empregados.

Questão 13

Um ativo produtivo tinha valor 100 no início do ano, recebeu melhoria produzida de 20, teve consumo de capital fixo de 8 e valorização de preço de 5, sem outras mudanças. O valor final 117 evidencia que

- (A) a formação bruta de capital do período foi 17 por corresponder à diferença dos estoques.
- (B) a variação patrimonial de 17 não se confunde com a melhoria produzida de 20.
- (C) o consumo de capital fixo foi 3 pela compensação entre desgaste e valorização.
- (D) a valorização de 5 integra a produção da melhoria e eleva a FBCF para 25.
- (E) a melhoria de 20 deve ser excluída da formação de capital porque o ativo já existia.

Questão 14

Um instituto publica revisão de uma estimativa trimestral após incorporar fontes anuais mais completas. Para interpretar essa revisão, é adequado reconhecer que

- (A) preserva o resultado anual anterior e modifica apenas a distribuição entre trimestres, qualquer que seja a fonte incorporada.
- (B) mantém os níveis trimestrais em reais e modifica apenas as taxas em volume, mesmo se a nova fonte alterar a produção corrente.
- (C) recalcula o resultado somente como soma de estimativas trimestrais antigas, sem substituir informações por fontes anuais.
- (D) corrige o resultado corrente pela inflação do ano e trata esse deflacionamento como a revisão de fontes.
- (E) pode alterar o resultado do ano e a trajetória trimestral com fontes mais completas.

Questão 15

Uma economia apresenta produção a preços básicos de 1.500, consumo intermediário a preços de comprador de 600, impostos sobre produtos de 140 e subsídios sobre produtos de 40. O PIB a preços de mercado, em unidades monetárias, é

- (A) 1.080.
- (B) 2.200.
- (C) 1.000.
- (D) 900.
- (E) 1.600.

Questão 16

Em uma economia, C inclui consumo das famílias e ISFLSF; G inclui consumo final do governo; I inclui a formação bruta de capital pública e privada. Os valores são $C=500$, $G=150$, $FBCF=180$, variação de estoques $=-10$, $X=90$ e $M=110$, sem objetos de valor. O PIB é

- (A) 820.
- (B) 650.
- (C) 830.
- (D) 800.
- (E) 1.020.

Questão 17

Uma família residente compra um bem de consumo importado por 20, sem serviços adicionais de residentes. Considerando isoladamente essa operação, C e M registram valores iguais de 20. O efeito direto desses registros no PIB pela despesa é

- (A) +40, porque produto e despesa são somados nessa operação.
- (B) -40, porque consumo e importação são ambos deduzidos.
- (C) -20, porque a importação reduz produto mesmo sem considerar C.
- (D) +20, porque consumo final dispensa ajuste pela origem do produto.
- (E) zero, porque +20 em C é compensado por -20 de importação.

Questão 18

Uma economia registra remuneração de empregados de 400, rendimento misto bruto de 80, excedente operacional bruto de 200 e impostos líquidos sobre produção e importação de 120. O consumo de capital fixo é 50. O PIB e o PIL são, respectivamente,

- (A) 800 e 750.
- (B) 750 e 700.
- (C) 850 e 800.
- (D) 680 e 630.
- (E) 800 e 850.

Questão 19

A renda de um proprietário que trabalha diretamente em empreendimento não constituído em sociedade não permite separar sua contribuição de trabalho e de capital. O componente pertinente da ótica da renda é

- (A) a remuneração dos empregados, por qualquer trabalho do proprietário.
- (B) o imposto líquido sobre a produção, por não haver sociedade.
- (C) o rendimento misto.
- (D) a renda de propriedade recebida de não residentes.
- (E) a transferência corrente recebida das famílias clientes.

Questão 20

O VAB bruto de uma atividade é 160 e seu consumo de capital fixo é 25. Ela perde adicionalmente um ativo de 40 em desastre extraordinário, sem relação com desgaste normal esperado. Segundo a distinção do SNA 2008, o VAB líquido do período é

- (A) 160, porque o CCF só é deduzido na conta financeira.
- (B) 95, porque a perda extraordinária deve ser somada ao consumo de capital fixo.
- (C) 135, e a perda extraordinária exige registro separado nas mudanças patrimoniais pertinentes.
- (D) 200, porque a destruição eleva o valor adicionado líquido pela necessidade de reposição.
- (E) 175, porque o desgaste deve ser compensado pelo valor do ativo perdido.

Questão 21

Em unidades monetárias, PIB=900, rendas primárias recebidas de não residentes=70 e rendas primárias pagas a não residentes=110. A RNB é

- (A) 940.
- (B) 790.
- (C) 1.080.
- (D) 970.
- (E) 860.

Questão 22

Uma tabela define RLPE como rendas primárias líquidas pagas ao exterior, calculadas por pagas menos recebidas. Se $RLPE = -30$ e $PIB = 700$, a RNB é

- (A) 640.
- (B) 670.
- (C) 700.
- (D) 760.
- (E) 730.

Questão 23

Uma economia hipotética apresenta $PIB = 1.200$, rendas primárias líquidas recebidas do exterior $= -60$, transferências correntes líquidas recebidas $= 15$ e consumo final total $= 900$. Sem outros ajustes pertinentes, sua poupança nacional bruta é

- (A) 315.
- (B) 375.
- (C) 240.
- (D) 255.
- (E) 300.

Questão 24

Residentes recebem transferência corrente de não residentes de 40, sem contrapartida de produção. Mantidas as demais informações constantes, o efeito direto sobre PIB, RNB e RNDB é, respectivamente,

- (A) zero, zero e +40.
- (B) zero, zero e -40.
- (C) zero, +40 e +40.
- (D) +40, +40 e +40.
- (E) +40, zero e zero.

Questão 25

Uma economia fechada, sem governo, registra consumo final de 420, formação de capital fixo de 70 e aumento involuntário de estoques de 10. Sem outras operações, produto e poupança ex post são, respectivamente,

- (A) 490 e 80.
- (B) 500 e 80.
- (C) 420 e 80.
- (D) 500 e 70.
- (E) 490 e 70.

Questão 26

Em modelo simplificado de economia fechada com governo, I inclui formação de capital pública e privada e G é consumo final do governo. Produto $Y=1.000$, consumo privado $C=650$, tributos líquidos de transferências $T=200$ e $G=250$. As poupanças privada, pública e nacional são, respectivamente,

- (A) 150, -250 e -100 .
- (B) 150, $+50$ e 200.
- (C) 350, -50 e 300.
- (D) 150, -50 e 100.
- (E) 100, zero e 100.

Questão 27

Uma economia aberta apresenta $PIB=1.000$, consumo final total $=800$, formação bruta de capital $=200$, saldo de exportações menos importações igual a zero, rendas primárias líquidas recebidas do exterior $=-50$ e transferências correntes líquidas recebidas $=10$. Sua poupança nacional e a diferença $S-I$ são

- (A) 150 e -50 .
- (B) 240 e $+40$.
- (C) 210 e $+10$.
- (D) 200 e zero.
- (E) 160 e -40 .

Questão 28

Uma economista utiliza a identidade $Y=C+I$ em modelo fechado e sem governo. Pretende concluir que qualquer aumento de I causa elevação idêntica de Y , mantendo C como hipótese não verificada. A identidade, por si,

- (A) demonstra efeito unitário sobre Y quando I inclui os estoques involuntários, sem exigir hipótese adicional sobre C .
- (B) permite obter o efeito causal somando a I a poupança observada, pois poupança é outro uso final independente.
- (C) determina que o aumento observado de I deve ser compensado integralmente por redução de C , mantendo Y fixo.
- (D) impõe que C cresça na mesma proporção de I , porque ambos são parcelas do produto observado.
- (E) organiza os usos observados, mas não demonstra essa relação causal sem hipóteses sobre o comportamento das variáveis.

Questão 29

Uma família compra um computador para lazer; uma empresa compra equipamento igual para uso produtivo por três anos; um comerciante mantém outro igual para revenda. A classificação adequada é, respectivamente,

- (A) ativo fixo, ativo fixo e consumo intermediário.
- (B) consumo final, ativo fixo e estoque.
- (C) consumo intermediário, consumo final e estoque.
- (D) ativo fixo, consumo intermediário e estoque.
- (E) consumo final, estoque e ativo fixo.

Questão 30

O governo financia serviços individuais de saúde de 120 para famílias e serviços coletivos de 80. Famílias têm despesa própria de consumo final de 500, sem ISFLSF. O consumo final efetivo das famílias e o consumo final total, em unidades monetárias, são

- (A) 500 e 700.
- (B) 620 e 820.
- (C) 580 e 700.
- (D) 700 e 820.
- (E) 620 e 700.

Questão 31

Em um programa, o governo fornece atendimento individual de saúde a famílias, sem pagamento destas. Ao passar das contas de renda disponível e despesa de consumo para as de renda disponível ajustada e consumo efetivo, a transferência social em espécie

- (A) reduz a renda disponível ajustada das famílias, pois o pagamento foi feito pelo governo.
- (B) eleva a poupança das famílias pelo valor do serviço, sem alterar seu consumo efetivo.
- (C) acrescenta valores correspondentes à renda e ao consumo das famílias, sem alterar sua poupança por essa passagem.
- (D) acrescenta nova produção ao PIB na conta ajustada, além da já registrada pelo fornecedor.
- (E) faz o serviço ser registrado como aplicação financeira das famílias.

Questão 32

Um órgão paga benefício monetário mensal de manutenção da renda a famílias, compra máquina para uso produtivo por vários anos e presta serviços administrativos coletivos. Essas operações devem ser classificadas, respectivamente, como

- (A) transferência corrente, formação de capital e produção de serviços coletivos.
- (B) remuneração dos empregados, formação de capital e consumo final das famílias.
- (C) transferência de capital, consumo final do governo e formação de capital.
- (D) produção não mercantil, aplicação financeira e renda de propriedade.
- (E) consumo final do governo, consumo intermediário e transferência corrente.

Questão 33

Uma empresa executa duas intervenções em máquinas: substitui peça defeituosa por equivalente para manter o desempenho esperado e realiza ampliação substancial da capacidade produtiva. Com as condições informadas, as intervenções correspondem a

- (A) consumo intermediário em ambos os casos, porque os ativos já existiam.
- (B) consumo de capital fixo na primeira e renda de propriedade na segunda.
- (C) FBCF na primeira e consumo intermediário na segunda.
- (D) FBCF em ambos os casos, porque são gastos com máquinas.
- (E) manutenção ordinária pertinente ao consumo intermediário e melhoria pertinente à FBCF.

Questão 34

Uma empresa residente compra máquina usada de outra empresa residente por 60, para continuar seu uso produtivo. Desprezem-se custos de transferência e outras operações. O efeito da mudança de proprietário sobre a FBCF agregada decorrente dessa negociação é

- (A) +60, porque a compradora registra aquisição produtiva.
- (B) zero, pela compensação entre aquisição e cessão do ativo existente.
- (C) -60, porque a vendedora registra cessão produtiva.
- (D) +30, por dividir o valor da máquina entre adquirente e cedente.
- (E) +120, pela soma dos movimentos das duas empresas.

Questão 35

Uma unidade compra terreno não produzido por 100 e contrata obra de drenagem que cria melhoria produzida de 20. Desprezados custos de transferência e demais operações, a formação de capital produzido atribuível aos fatos é

- (A) zero.
- (B) 100.
- (C) 20.
- (D) 120.
- (E) 80.

Questão 36

Uma empresa residente importa máquina de 80 para uso produtivo prolongado. Não há serviços ou custos domésticos adicionais. A operação registra FBCF e importação iguais a 80. Seu efeito direto no PIB pela despesa é

- (A) +80, porque toda aquisição de ativo eleva produção interna.
- (B) zero, sem impedir que a FBCF residente aumente em 80.
- (C) +160, porque formação de capital e importação se somam.
- (D) –80, porque a FBCF importada não pode ser registrada.
- (E) zero, porque a máquina deve ser classificada como ativo financeiro.

Questão 37

Uma família apresenta renda disponível de 100 e consumo final de 80, sem ajuste pertinente de direitos de pensão. Usa os 20 restantes para adquirir títulos já existentes de outra família. Os fatos permitem concluir que houve

- (A) poupança familiar de 20 e FBCF nacional de 20 pela compra de títulos.
- (B) poupança familiar de 20 e aquisição financeira, sem demonstrar FBCF nacional de 20.
- (C) poupança familiar zero e FBCF nacional de 20.
- (D) poupança familiar de 80 e transferência corrente de 20.
- (E) poupança familiar de 100 e consumo intermediário de 80.

Questão 38

Uma empresa inicia o período com dez unidades em estoque, produz vinte e vende dezoito, sem perdas. Todos os movimentos têm preço constante de 5 por unidade. A variação de estoques e a produção corrente, em unidades monetárias, são

- (A) 100 e 190.
- (B) -10 e 100.
- (C) 10 e 90.
- (D) 10 e 100.
- (E) 60 e 100.

Questão 39

Uma empresa mantém dez unidades de produto em estoque durante todo o ano, sem entradas, retiradas ou perdas. O preço unitário sobe de 5 para 6. A diferença monetária de 10 entre os saldos finais e iniciais é

- (A) formação líquida de capital de 10 por aumento da quantidade.
- (B) consumo de capital fixo de 10 dos produtos em estoque.
- (C) ganho de detenção por preço, sem produção adicional de dez unidades monetárias.
- (D) poupança de 10 determinada pelo saldo físico final.
- (E) variação de estoques decorrente da fabricação de dois produtos.

Questão 40

Uma família tem patrimônio líquido positivo de 300 na abertura do ano, renda disponível de 90 e consumo final de 100, sem ajuste pertinente de pensões. Com esses dados, sua poupança no ano é

- (A) 390, por somar patrimônio inicial e renda disponível.
- (B) -10, sem que isso implique patrimônio final necessariamente negativo.
- (C) zero, por ser impossível poupar negativamente com patrimônio positivo.
- (D) +10, porque patrimônio positivo compensa consumo excedente.
- (E) 300, por corresponder ao patrimônio no início do ano.

Questão 41

Em uma economia fechada simplificada, um setor poupa 70 e forma capital 40; outro poupa 30 e forma capital 60. Não há operações adicionais relevantes de capital. Os saldos e a relação agregada mostram que

- (A) a poupança agregada é 130 por acrescentar o financiamento aos saldos setoriais.
- (B) a formação de capital agregada é 70 por deduzir o financiamento de 30.
- (C) cada setor deve reduzir sua formação de capital para igualá-la à própria poupança.
- (D) o primeiro precisa de financiamento 30 e o segundo tem capacidade 30.
- (E) o primeiro pode financiar 30 do segundo e a poupança agregada 100 iguala a formação de capital 100.

Questão 42

Uma economia informa poupança nacional de 100 e formação de capital de 90. Para tratar o saldo de 10 como capacidade de financiamento de sua conta de capital completa, ainda se deve conferir, entre outras operações,

- (A) transferências correntes líquidas para acrescentá-las à poupança já apurada.
- (B) consumo de capital fixo para acrescentá-lo à poupança bruta e à formação bruta.
- (C) ganhos de detenção de ativos para incorporá-los ao saldo de poupança corrente.
- (D) aquisições líquidas de títulos para somá-las à formação de capital produzida.
- (E) transferências de capital e aquisições líquidas de ativos não produzidos.

Questão 43

Uma economia de um único produto passa de 100 unidades, ao preço de 10, para 110 unidades, ao preço de 12. Tomando o primeiro período como referência de preços, o crescimento nominal e o crescimento em volume são, respectivamente,

- (A) 32% e 10%.
- (B) 30% e 10%.
- (C) 20% e 10%.
- (D) 32% e 12%.
- (E) 32% e 20%.

Questão 44

O PIB nominal cresceu 32% e seu deflator aumentou 20% no mesmo intervalo. A taxa exata de crescimento em volume, calculada por fatores, é

- (A)** 10%.
- (B)** 9,1%.
- (C)** 26,4%.
- (D)** 52%.
- (E)** 12%.

Questão 45

Em um período, o PIB corrente é 594 e a medida de PIB em volume, expressa aos preços de referência do exemplo, é 440. O deflator implícito, com referência 100, é

- (A)** 154.
- (B)** 1,35.
- (C)** 35.
- (D)** 74,1.
- (E)** 135.

Questão 46

Um índice de preços passa de 120 para 126, sem mudança de escala. Sua variação percentual nesse intervalo é

- (A) 6%.
- (B) 4,8%.
- (C) 20%.
- (D) 26%.
- (E) 5%.

Questão 47

Um índice de volume, inicialmente 100, cresce 5% no primeiro ano e 10% no segundo. Ao final do segundo ano, o índice e a variação acumulada são

- (A) 115 e 15%.
- (B) 115,5 e 15,5%.
- (C) 105,5 e 5,5%.
- (D) 110 e 10%.
- (E) 121 e 21%.

Questão 48

Em uma série de volume encadeada, a soma dos níveis dos componentes difere do nível publicado do PIB em um ano afastado da referência. A primeira verificação metodológica apropriada é

- (A) se o encadeamento gera não aditividade dos níveis, sem tratar a diferença como erro por si só.
- (B) se a divergência pode ser eliminada somando as taxas de crescimento dos componentes, sem considerar seus pesos.
- (C) se cada componente pode ser reescalado separadamente para que sua soma coincida com o PIB, preservando todas as participações.
- (D) se o uso de preços do próprio ano restabelece a mesma medida de volume encadeada, sem qualquer mudança de conceito.
- (E) se a diferença deve ser registrada como produção adicional de uma atividade residual sem informação produtiva própria.

Questão 49

Uma atividade tem produção corrente de 240 e consumo intermediário corrente de 120. Os fatores de preços, relativamente ao período de comparação, são 1,20 para sua produção e 1,50 para seus insumos. Pela dupla deflação simplificada, seu valor adicionado em volume é

- (A) 100.
- (B) aproximadamente 88,9.
- (C) 120.
- (D) 80.
- (E) 200.

Questão 50

Um relatório apresenta crescimento de 0,5% do PIB no segundo trimestre frente ao primeiro, com ajuste sazonal, e crescimento de 2,0% frente ao segundo trimestre do ano anterior. A interpretação compatível com essas medidas é

- (A) a taxa interanual compara o segundo trimestre com o primeiro trimestre do ano anterior, enquanto a outra compara trimestres consecutivos.
- (B) a taxa interanual corresponde à acumulação de quatro variações trimestrais sem ajuste, independentemente da base utilizada.
- (C) o crescimento de 0,5% permite projetar exatamente 2,0% para o ano, mantendo constante a taxa em todos os trimestres seguintes.
- (D) a taxa de 2,0% mostra aceleração frente ao trimestre imediatamente anterior, mesmo sem conhecer a taxa interanual do primeiro trimestre.
- (E) as taxas usam bases de comparação diferentes e podem coexistir sem contradição.

Questão 51

Para uma variável cujo primeiro trimestre cresce 2% e o segundo cresce 4%, ambos frente aos trimestres correspondentes do ano anterior, os níveis de referência desses trimestres eram 100 e 200. A variação do total semestral é

- (A) 4%.
- (B) 2%.
- (C) aproximadamente 3,33%.
- (D) 6%.
- (E) 3%.

Questão 52

Dois componentes aditivos, aos preços constantes do exemplo, têm pesos iniciais de 25% e 75% no produto e crescem 8% e 0%, respectivamente. O crescimento do produto é

- (A) 2%, com contribuição de 2 pontos percentuais do primeiro componente.
- (B) 2 pontos de índice independentemente do nível inicial do índice agregado.
- (C) 6%, pela aplicação do crescimento ao peso do segundo componente.
- (D) 8%, porque o componente em expansão determina a taxa total.
- (E) 4%, pela média simples das taxas dos componentes.

Questão 53

O PIB real cresce 3% e a população cresce 1% no mesmo período. O crescimento real do PIB por habitante é aproximadamente

- (A) 2,00% exatamente.
- (B) 0,99%.
- (C) 1,98%.
- (D) 3,00%.
- (E) 4,03%.

Questão 54

O PIB real por habitante cresce e a renda disponível real de um grupo de famílias diminui. Uma conclusão sustentada apenas por essas informações é

- (A)** o crescimento do PIB por habitante permite concluir que a renda mediana aumentou na mesma proporção, embora o grupo analisado tenha perdido renda.
- (B)** a diferença decorre necessariamente de inflação maior para o grupo, ainda que seu indicador já esteja expresso em termos reais.
- (C)** o resultado agregado permite substituir a medida de renda disponível do grupo por sua parcela proporcional do PIB.
- (D)** o agregado por habitante não informa a distribuição nem assegura evolução igual da renda disponível de cada grupo.
- (E)** a queda da renda disponível deve ser compensada por consumo maior do grupo, porque o produto real agregado cresceu.

Questão 55

Uma inundação destrói máquinas e provoca gastos posteriores de reconstrução por empresas residentes. Ao interpretar as contas, deve-se considerar que

- (A)** a destruição extraordinária afeta ativos e a reconstrução pode gerar produção corrente, sem que esta represente, sozinha, ganho de bem-estar.
- (B)** as máquinas destruídas devem ser registradas como estoques negativos na conta da produção do período.
- (C)** a reconstrução deve ser excluída do produto porque recompõe um patrimônio já existente antes do desastre.
- (D)** o valor total das máquinas destruídas deve ser registrado como consumo intermediário da reconstrução.
- (E)** o aumento do produto pela reconstrução equivale ao aumento líquido do patrimônio pelo mesmo valor.

Questão 56

Ao estudar uma atualização internacional do Sistema de Contas Nacionais e uma mudança de referência anunciada pelo órgão nacional de estatística, um analista deve distinguir

- (A)** a aprovação do padrão internacional, o calendário de implementação nacional e a referência efetivamente usada na série divulgada.
- (B)** a referência nacional deve mudar na data da aprovação internacional, ainda que o órgão informe uma implementação posterior.
- (C)** as séries existentes passam ao novo padrão por revisão apenas de preços, sem examinar fontes, classificações ou fronteiras metodológicas.
- (D)** o ano de referência identifica o período de todos os fatos produtivos usados na série, inclusive os anos anteriores e posteriores.
- (E)** o anúncio de futura implementação permite atribuir o novo padrão aos resultados já publicados, mesmo sem revisão divulgada.

Questão 57

Uma equipe deseja comparar a expansão produtiva em dois anos e usa os respectivos valores do PIB em reais correntes. Para responder à pergunta sobre crescimento em volume, deve

- (A) usar uma medida de volume documentada, pois a variação corrente reúne mudanças de preços e de quantidades.
- (B) deflacionar os dois valores pelo mesmo número-índice de uma única data e interpretar a razão resultante como crescimento em volume.
- (C) subtrair a diferença dos deflatores expressos em pontos de índice da diferença dos valores nominais em reais.
- (D) usar o crescimento do PIB por habitante corrente como taxa de volume total, pois a divisão retira o efeito dos preços.
- (E) subtrair exatamente a taxa de inflação da taxa nominal, sem considerar que a decomposição entre preço e volume é multiplicativa.

Questão 58

Um índice de preços ao consumidor incorpora bens importados comprados pelas famílias. O deflator do PIB está associado ao agregado de produção interna. Ao comparar ambos, a analista deve considerar que

- (A) o deflator do PIB abrange apenas o consumo final das famílias, excluindo formação de capital e exportações.
- (B) um aumento do preço de máquina produzida internamente entra no índice ao consumidor com o mesmo peso que no PIB.
- (C) as coberturas e ponderações podem divergir, de modo que um índice não substitui automaticamente o outro.
- (D) o índice ao consumidor resulta da divisão entre PIB corrente e seu índice de volume, multiplicada por 100.
- (E) a presença de bens importados na cesta implica sua adição à produção interna no deflator do PIB.

Questão 59

A FBCF corrente de uma economia aumenta de 180 para 198 e seu PIB corrente aumenta de 1.000 para 1.100. Nessas condições, a participação da FBCF no PIB

- (A) aumenta 1,8 ponto percentual, pela diferença entre 198 e 180.
- (B) aumenta para 19,8%, porque a FBCF cresceu 10%.
- (C) permanece em 18%, embora os dois valores cresçam 10%.
- (D) diminui para aproximadamente 16,4%, porque o PIB cresceu 10%.
- (E) aumenta 10 pontos percentuais, acompanhando o crescimento da FBCF.

6. GABARITO

Respostas

Nº	Letra	Nº	Letra	Nº	Letra	Nº	Letra
1	B	16	D	31	C	46	E
2	C	17	E	32	A	47	B
3	B	18	A	33	E	48	A
4	A	19	C	34	B	49	C
5	E	20	C	35	C	50	E
6	E	21	E	36	B	51	C
7	E	22	E	37	B	52	A
8	A	23	D	38	D	53	C
9	E	24	A	39	C	54	D
10	A	25	B	40	B	55	A
11	E	26	D	41	E	56	A
12	C	27	E	42	E	57	A
13	B	28	E	43	A	58	C
14	E	29	B	44	A	59	C
15	C	30	E	45	E		

7. COMENTÁRIOS DAS QUESTÕES

Questão 01 — Gabarito B

- (A) O PIB não é estoque de produtos e o valor das máquinas existentes não mede apenas as aquisições do ano.
- (B) O PIB mede produção durante um intervalo; máquinas existentes em uma data constituem estoque. A comparação exige distinguir período e data.
- (C) O PIB não representa patrimônio acumulado. A natureza patrimonial corresponde ao estoque de máquinas, não aos dois indicadores.
- (D) O PIB abrange produção destinada a vários usos finais, não apenas consumo; as máquinas de uso repetido são ativos fixos, e não insumos intermediários.
- (E) PIB e renda disponível possuem conceitos distintos. Máquinas existentes são estoque, e não o fluxo anual de aquisições.

Questão 02 — Gabarito C

- (A) A residência do controlador não muda remuneração por trabalho em transferência sem contrapartida. Classificam-se separadamente produção e renda.
- (B) A distribuição de renda de propriedade não constitui uma segunda produção a somar ao PIB já calculado.
- (C) A unidade produtora é residente e sua produção integra o PIB brasileiro. Rendas primárias devidas a não residentes são relevantes para obter a RNB.
- (D) Exportação é operação com bens ou serviços, não sinônimo de dividendo. A produção da unidade residente não migra para o PIB do controlador.
- (E) Nacionalidade ou residência do controlador não retira produção da unidade residente do PIB brasileiro. A renda do controlador é uma dimensão distinta.

Questão 03 — Gabarito B

- (A) 180 é o faturamento da etapa intermediária. O produto final e a soma dos VAB da cadeia são 300.
- (B) Os valores adicionados são 100,80 e 120. A soma é 300, igual ao bem final sob as hipóteses dadas.
- (C) 480 soma farinha e pão, mantendo duplicação da farinha incorporada e omitindo a lógica do valor adicionado.
- (D) 580 soma os faturamentos e repete trigo e farinha incorporados ao pão. Não retira o consumo intermediário.
- (E) 200 subtrai apenas trigo do pão e não representa a soma dos valores adicionados da cadeia completa.

Questão 04 — Gabarito A

- (A) A produção pelos custos é $20+60+5=85$. O VAB é produção menos consumo intermediário: $85-20=65$.
- (B) 65 é o VAB, não a produção total; 85 é a produção, não o valor adicionado. As medidas foram invertidas.
- (C) Os valores retiram o consumo de capital fixo da medida bruta; ele participa da avaliação da produção e do VAB bruto.
- (D) VAB não é produção menos CCF. Para a medida bruta, deduz-se o consumo intermediário de 20.
- (E) 60 é apenas a remuneração. A avaliação da produção inclui outros custos pertinentes, e o VAB inclui o CCF.

Questão 05 — Gabarito E

- (A) Limpeza doméstica não remunerada para uso da própria família está fora da fronteira central; serviços de moradia própria constituem exceção incluída.

(B) Autoconsumo de bens não implica exclusão. A produção dos vegetais é abrangida pela fronteira, assim como o serviço de moradia própria.

(C) A possibilidade de prestação por terceiros ajuda a definir produção em sentido geral, mas a fronteira central adota a exclusão convencional de serviços domésticos próprios.

(D) Venda monetária não é requisito universal. Moradia própria recebe avaliação imputada, apesar de não haver aluguel efetivamente pago.

(E) Bens produzidos para uso próprio e moradia própria ocupada são abrangidos; serviços domésticos não remunerados para a própria família têm exclusão convencional.

Questão 06 — Gabarito E

(A) Atividade produtiva informal não é excluída da fronteira por ausência de cadastro. Sua mensuração pode usar fontes adequadas.

(B) A inclusão da produção não depende de converter a receita em salários formais. Residência, fronteira e atividade importam.

(C) A falta de cadastro não elimina consumo intermediário. Receita e valor adicionado devem ser distinguidos, inclusive na estimação.

(D) Informalidade não equivale a produção não mercantil. O modo de oferta e a significância econômica dos preços têm critérios próprios.

(E) Atividade informal pode constituir produção abrangida. Observação e estimação são problemas estatísticos distintos da fronteira conceitual.

Questão 07 — Gabarito E

(A) A destinação para venda, e não a passagem do ano, indica estoque do fabricante. FBCF pressupõe uso produtivo como ativo fixo.

(B) O registro de produção corrente e de aumento de estoques é compatível. Não se exige venda para reconhecer os bens produzidos.

(C) A formação bruta de capital inclui variação de estoques. Ela não se limita à aquisição de ativos fixos vendidos.

(D) Produção e realização de receita de venda podem ocorrer em períodos diferentes. Os bens foram produzidos no ano informado.

(E) Bens novos produzidos e mantidos para venda integram produção e estoques pertinentes; venda não é requisito para reconhecer produção corrente.

Questão 08 — Gabarito A

(A) Farinha utilizada na produção é insumo intermediário; forno de uso produtivo repetido é ativo fixo.

(B) A finalidade produtiva da farinha faz dela consumo intermediário, não consumo final da padaria.

(C) A hipótese de uso produtivo exige consumo intermediário para farinha efetivamente utilizada. O forno não é consumo final da empresa.

(D) A farinha usada no processo não é ativo fixo; o forno é o item de capital. As categorias foram invertidas.

(E) O forno não é consumido integralmente como insumo do período: é ativo fixo de uso por vários anos.

Questão 09 — Gabarito E

(A) Uso pessoal das famílias e transferência de bem já existente não criam FBCF nacional de 50 apenas pela durabilidade.

(B) Uma compra isolada não significa produção nova. Na transferência entre famílias, não se cria novamente o automóvel para o PIB.

(C) A cessão do automóvel pessoal não destrói produção corrente de 50; altera sua propriedade.

(D) Pagamento e recebimento são lados da mesma operação, e não duas produções de 50.

(E) A venda de bem existente não é fabricação nova. Sem serviços associados, não se acrescenta produção corrente por essa transferência.

Questão 10 — Gabarito A

(A) O ajuste pertinente é $800 + 90 - 10 = 880$. Os outros impostos líquidos já estão no VAB básico e não são adicionados novamente.

(B) 800 omite o ajuste líquido sobre produtos de 80 necessário para obter o PIB de mercado.

(C) 840 resulta de $800 + 90 - 10 - 40$. A dedução dos 40 retira indevidamente os outros impostos líquidos sobre a produção já compreendidos no VAB básico; o ajuste correto é 880.

(D) 920 inclui de novo os 40 de outros impostos líquidos já compreendidos no VAB, duplicando o ajuste.

(E) 900 adiciona impostos e subsídios de produtos; subsídios são deduzidos na passagem ao preço de mercado.

Questão 11 — Gabarito E

(A) Custo de fatores não se obtém pela inclusão de impostos sobre produtos. A diferença indicada no enunciado é outra.

(B) As duas são bases de avaliação da medida de fluxo considerada. Não transformam o VAB em patrimônio.

(C) São bases de avaliação de valores, não categorias de finalidade do produto. Consumo final e intermediário não definem essa passagem.

(D) A diferença bruto/líquido se refere ao CCF. Não é a distinção entre preço básico e custo de fatores.

(E) Outros impostos líquidos sobre a produção estão no VAB básico; a convenção de custo de fatores os exclui. Não são sinônimos.

Questão 12 — Gabarito C

(A) O deflator é medida agregada de relação entre valores e volume. Não discrimina o destino intermediário e final por atividade.

(B) Poupança é saldo do uso da renda; não detalha diretamente origem e destino de cada produto.

(C) A TRU articula oferta de produtos e usos intermediários e finais por produtos e atividades. É o instrumento adequado à pergunta.

(D) Patrimônio financeiro mostra estoques de ativos e passivos financeiros, não a destinação dos produtos por atividade.

(E) Remuneração é componente de renda gerada. Não constitui quadro de recursos e usos de produtos.

Questão 13 — Gabarito B

(A) A diferença dos estoques inclui desgaste e ganho de preço. Não mede diretamente o fluxo de formação bruta de capital.

(B) $100 + 20 - 8 + 5 = 117$. A variação de estoque de 17 reúne componentes distintos; a melhoria produzida é 20.

(C) O CCF informado é 8; ganho de detenção de 5 não reduz conceitualmente o desgaste para 3.

(D) Valorização por preço não é produção nova e não acrescenta 5 à melhoria produzida.

(E) Uma melhoria substancial produzida pode integrar formação de capital de ativo existente. Não precisa ser um ativo inteiramente novo.

Questão 14 — Gabarito E

- (A) Revisões podem alterar o resultado anual e a trajetória trimestral. Preservação do anual não é condição universal.
- (B) Nova informação pode afetar níveis correntes e medidas de volume; não existe essa limitação geral.
- (C) Incorporar fontes anuais mais completas pode rever as estimativas existentes, não apenas somá-las.
- (D) Deflacionamento e revisão por novas fontes são operações diferentes. A mudança informada é incorporação estatística de informação.
- (E) Fontes mais completas e o alinhamento às contas anuais podem revisar níveis e taxas trimestrais. A revisão exige documentação; não modifica, por si, a definição do produto.

Questão 15 — Gabarito C

- (A) 1.080 soma impostos e subsídios ao VAB. Subsídios sobre produtos são deduzidos, não adicionados.
- (B) 2.200 adiciona consumo intermediário à produção e depois ajusta tributos. A definição exige subtrair o consumo intermediário.
- (C) $VAB = 1.500 - 600 = 900$; $PIB = 900 + 140 - 40 = 1.000$. São retirados insumos e acrescentados impostos líquidos sobre produtos.
- (D) 900 é o VAB básico. Falta acrescentar impostos líquidos sobre produtos de 100 para obter PIB de mercado.
- (E) 1.600 ajusta a produção total, sem retirar consumo intermediário de 600; mantém dupla contagem dos insumos.

Questão 16 — Gabarito D

- (A) 820 resulta de usar variação de estoques positiva de 10, em vez da redução de -10 informada. A troca aumenta indevidamente o PIB em 20; o resultado correto é 800.
- (B) 650 omite $G=150$. Consumo final do governo integra a ótica da despesa nesta convenção.
- (C) 830 é a soma de consumo, governo e FBCF. Ela omite tanto a variação de estoques de -10 quanto o saldo $X - M$ de -20 ; o PIB é 800.
- (D) $I=180-10=170$. $PIB=500+150+170+90-110=800$. A variação negativa e a dedução de importações são respeitadas.
- (E) 1.020 soma importações em lugar de deduzi-las. Elas retiram produção não residente já contida nos usos finais.

Questão 17 — Gabarito E

- (A) C e M não são duas produções residentes. Importações são subtraídas, não somadas ao consumo.
- (B) Consumo final é adicionado e importações são deduzidas. Não se deduzem as duas parcelas.
- (C) Examinar M isoladamente omite o registro simultâneo em C. Os dois se compensam no efeito direto descrito.
- (D) C pode conter produto importado; por isso se deduz M para medir produção de residentes. Ignorar a origem superestima o PIB.
- (E) A compra entra em C, mas o componente importado é retirado por M. Nas hipóteses dadas, não há produção residente adicional a contabilizar.

Questão 18 — Gabarito A

- (A) $\text{PIB} = 400 + 80 + 200 + 120 = 800$. $\text{PIL} = 800 - 50 = 750$. CCF é deduzido para a passagem à medida líquida.
- (B) 750 já retira CCF da soma bruta, mas é rotulado como PIB. A nova dedução de 50 produz dupla retirada para o PIL.
- (C) 850 adiciona CCF a componentes já brutos, duplicando esse elemento; não se acrescentam 50 ao PIB informado pelas rendas brutas.
- (D) 680 omite impostos líquidos necessários à avaliação de mercado. A soma completa é 800.
- (E) O PIL se obtém por dedução do CCF, não por adição. Não pode ser 850 com PIB 800 e CCF positivo 50.

Questão 19 — Gabarito C

- (A) Remuneração de empregados não abrange automaticamente a renda do proprietário por ser trabalho direto. O enunciado descreve rendimento misto.
- (B) Ausência de sociedade não converte renda do proprietário em arrecadação tributária. Impostos são componente distinto.
- (C) Rendimento misto corresponde à renda em que a participação do trabalho do proprietário e a do capital não são separáveis nessa forma de empreendimento.
- (D) Não há informação sobre não residentes ou uso de ativo de propriedade. A descrição é de renda de empreendimento misto.
- (E) Pagamento dos clientes por produto tem contrapartida; não é transferência corrente sem contrapartida.

Questão 20 — Gabarito C

- (A) A passagem bruto/líquido requer deduzir CCF do VAB; não é exclusiva da conta financeira.
- (B) 95 desconta também 40 como CCF. A hipótese distingue perda extraordinária de desgaste normalmente esperado.
- (C) $VAB \text{ líquido} = 160 - 25 = 135$. Desastre extraordinário não é simplesmente CCF normal; sua perda patrimonial tem registro próprio.
- (D) Necessidade de reposição não é produção realizada. A perda de ativo não adiciona 40 ao VAB.
- (E) O ativo perdido não compensa desgaste nem cria valor adicionado. A dedução pertinente de 25 leva a 135.

Questão 21 — Gabarito E

- (A) 940 aplica o sinal inverso ao saldo: adiciona 40 líquidos pagos em vez de deduzir.
- (B) 790 deduz pagas, mas omite as recebidas de 70.
- (C) 1.080 soma recebidas e pagas. As rendas devidas a não residentes precisam ser deduzidas.
- (D) 970 adiciona rendas recebidas, mas omite as pagas de 110.
- (E) $RNB = 900 + 70 - 110 = 860$. O saldo recebido é -40 e reduz o agregado nacional em relação ao interno.

Questão 22 — Gabarito E

- (A) 640 duplica 30 com sinal de redução, contrariando a definição de saldo líquido pago negativo.
- (B) 670 trata o saldo pago negativo como recebido negativo. A convenção explícita exige subtrair RLPE.

- (C) 700 desconsidera o saldo informado. Não é nulo: sua subtração adiciona 30.
- (D) 760 duplica o ajuste de 30. A passagem requer uma única dedução de RLPE.
- (E) $RNB = PIB - RLPE = 700 - (-30) = 730$. Saldo líquido pago negativo equivale a recebimento líquido de 30.

Questão 23 — Gabarito D

- (A) 315 ajusta apenas transferências correntes, omitindo o saldo primário negativo de 60.
- (B) 375 inverte o sinal do saldo primário, adicionando 60 a PIB, e adiciona 15. O saldo recebido é -60.
- (C) 240 ajusta rendas primárias, mas omite as transferências correntes recebidas de 15.
- (D) $RNB = 1.200 - 60 = 1.140$; $RNDB = 1.140 + 15 = 1.155$; $S = 1.155 - 900 = 255$. São necessários os dois ajustes externos.
- (E) 300 calcula PIB menos consumo e omite rendas primárias e transferências correntes externas.

Questão 24 — Gabarito A

- (A) Transferência corrente não é produção nem renda primária; entra na passagem da RNB à RNDB, elevando esta em 40.
- (B) Recebimento líquido de transferência aumenta, não reduz, a renda disponível da economia.
- (C) RNB considera renda primária. A transferência corrente é ajustada posteriormente para obter renda disponível.
- (D) Acrescentar 40 a PIB e RNB trataria transferência como produção e renda primária, contrariando a hipótese.

(E) A transferência não é produção corrente e não integra PIB. O agregado diretamente acrescido é RNDB.

Questão 25 — Gabarito B

(A) Com produto 490 e consumo 420, a diferença seria 70. A dupla 500/80 é a que inclui coerentemente o estoque.

(B) $\text{Produto} = 420 + 70 + 10 = 500$. $\text{Poupança} = 500 - 420 = 80$, igual à formação bruta de capital observada de 80, incluindo estoques involuntários.

(C) 420 é apenas o consumo final; formação de capital de 80 também é uso da produção.

(D) Produto 500 inclui estoques, mas poupança 70 omite a diferença total entre produto/renda e consumo.

(E) 490 e 70 omitem o investimento observado em estoques de 10. Ser involuntário não retira seu registro contábil.

Questão 26 — Gabarito D

(A) A poupança pública simplificada considera receitas líquidas $T=200$, não somente G negativo. O saldo é -50 .

(B) $S_{\text{pub}} = T - G = -50$, e não $G - T$. Inverter o sinal produz 200 nacional.

(C) 350 omite tributos líquidos na renda disponível privada. A soma incorreta leva a 300 em vez de 100.

(D) $S_{\text{priv}} = Y - T - C = 150$; $S_{\text{pub}} = T - G = -50$; soma $100 = Y - C - G$. Nessa economia fechada simplificada, $I = 100$.

(E) O total nacional é 100, mas os saldos setoriais são 150 e -50 . Não se atribui o total apenas ao privado.

Questão 27 — Gabarito E

(A) 150 ajusta a renda primária mas omite transferência recebida líquida de 10.

- (B) 240 inverte o saldo de renda primária. Recebimento líquido negativo -50 reduz, não aumenta, a RNDB.
- (C) 210 ajusta apenas as transferências correntes, omitindo saldo primário negativo -50 .
- (D) 200 usa PIB menos consumo, desconsiderando os ajustes necessários à renda disponível nacional.
- (E) $RNDB = 1.000 - 50 + 10 = 960$; $S = 960 - 800 = 160$; $S - I = 160 - 200 = -40$. Saldo comercial zero não elimina outros saldos correntes.

Questão 28 — Gabarito E

- (A) Incluir estoques torna a identidade coerente ex post, mas não fornece comportamento de consumo nem multiplicador causal.
- (B) Poupança não é uso final adicional a I nessa identidade. Essa soma gera dupla contagem e não estabelece causalidade.
- (C) A identidade não impõe Y constante nem compensação integral por C . Tais comportamentos exigiriam hipóteses adicionais.
- (D) Participar dos usos não impõe taxas de crescimento iguais. A relação contábil não fixa o comportamento de suas parcelas.
- (E) A identidade relaciona registros compatíveis. Uma conclusão causal exige modelo e hipóteses sobre ajustes dos componentes; consumo não é fixado pela definição.

Questão 29 — Gabarito B

- (A) Durabilidade não torna o computador pessoal FBCF; o equipamento para revenda não é consumido como insumo do comerciante.
- (B) A finalidade define a classificação: uso pessoal é consumo final; uso produtivo repetido é ativo fixo; bem para revenda é estoque.

(C) A família não usa o bem como insumo produtivo; a empresa o usa como ativo, não como consumo final.

(D) O bem pessoal não é ativo fixo produtivo apenas pela duração; o da empresa não é integralmente utilizado como insumo do período.

(E) A empresa usa o equipamento repetidamente, não o mantém para venda; o comerciante mantém estoque, não ativo para uso produtivo.

Questão 30 — Gabarito E

(A) 500 é a despesa própria das famílias, não seu consumo efetivo que inclui serviços individuais recebidos 120.

(B) 620 é correto para famílias, mas 820 conta 120 uma segunda vez; total permanece 700.

(C) 580 adiciona serviços coletivos 80 às famílias em vez dos serviços individuais 120. O consumo efetivo pertinente é 620.

(D) 700 atribui também serviços coletivos às famílias e 820 duplica transferência individual ao total já contado.

(E) Famílias recebem serviços individuais 120, elevando seu consumo efetivo para 620. $\text{Total} = 500 + 120 + 80 = 700$; a transferência não duplica produção.

Questão 31 — Gabarito C

(A) Renda disponível ajustada das famílias é acrescida das transferências sociais em espécie recebidas, não reduzida.

(B) Consumo efetivo também recebe o serviço. Somar à renda e omitir o consumo produziria poupança artificial.

(C) O serviço individual recebido ajusta renda e consumo em valores correspondentes; a poupança não muda apenas por reexpressar esses registros.

(D) A passagem identifica beneficiário e financiador sem fabricar segunda produção. O serviço já está registrado na produção pertinente.

(E) Recebimento de serviço de consumo não é aquisição de título ou ativo financeiro.

Questão 32 — Gabarito A

(A) Benefício monetário corrente sem contrapartida é transferência; máquina de uso produtivo repetido é capital; serviço coletivo é produção não mercantil pertinente.

(B) Benefício informado não remunera trabalho; serviço coletivo não se converte em consumo final individual das famílias por sua utilidade.

(C) O benefício corrente não é automaticamente capital; máquina produtiva é formação de capital e serviço coletivo corrente não é FBCF.

(D) Pagamento de benefício não é produção do órgão; aquisição de máquina não é ativo financeiro; serviço administrativo não é renda de propriedade.

(E) Benefício não é compra de serviço pelo governo; máquina não é insumo utilizado integralmente; serviço administrativo não é transferência monetária.

Questão 33 — Gabarito E

(A) Ativo existente pode receber melhoria capitalizável. A ampliação substancial distingue-se de conservação ordinária.

(B) CCF é desgaste econômico, não classificação do gasto de conserto. A ampliação produz melhoria de ativo, não renda de propriedade.

(C) A classificação foi invertida: a primeira conserva, enquanto a segunda altera capacidade produtiva substancialmente.

(D) O objeto máquina não torna toda intervenção capital. Substituição equivalente ordinária não é melhoria substancial apenas por permitir funcionamento.

(E) Conservação ordinária mantém características esperadas; melhoria substancial de capacidade é formação de capital. Os gastos têm funções diferentes.

Questão 34 — Gabarito B

(A) Examinar somente a compradora omite a cessão residente correspondente. O agregado considera ambas.

(B) A aquisição da compradora é compensada pela cessão da vendedora residente. Sem custos adicionais, não há acréscimo líquido agregado por transferência do ativo existente.

(C) Examinar só a vendedora omite a aquisição residente. Os registros se compensam na hipótese.

(D) Não há regra de dividir igualmente o valor para medir capital. O mecanismo é aquisição menos cessão.

(E) Aquisição e cessão não são dois acréscimos positivos; as cessões são deduzidas.

Questão 35 — Gabarito C

(A) A existência de terreno não exclui a produção da melhoria. A obra informada cria ativo produzido de 20.

(B) 100 é a aquisição do terreno não produzido, não o valor da melhoria produzida pertinente.

(C) A obra cria melhoria produzida de 20. A compra do terreno transfere ativo não produzido e não constitui, por si, formação de capital produzido de 100.

(D) 120 soma terreno e obra como se ambos fossem ativos produzidos. A hipótese separa suas naturezas.

(E) 80 subtrai melhoria do terreno, operação que não mede formação de capital. O fluxo produzido é 20.

Questão 36 — Gabarito B

- (A) Formação de capital pode conter bens de origem externa. Sua aquisição não é automaticamente produção de residentes.
- (B) O ativo compõe FBCF, e M retira a origem não residente. $+80-80=0$ de efeito direto no PIB nas condições dadas.
- (C) Importações são deduzidas; não constituem outro acréscimo à formação de capital para medir produto interno.
- (D) A máquina integra FBCF; a importação não elimina sua classificação como capital produtivo. Os registros se compensam no PIB.
- (E) Máquina é ativo produzido não financeiro. O resultado zero decorre do ajuste de importação, não de classificá-la como título.

Questão 37 — Gabarito B

- (A) O saldo familiar é 20, mas títulos existentes não são bens de capital produzidos. A segunda conclusão é indevida.
- (B) $S=100-80=20$. Aplicação em título é alocação financeira; negociação de direito existente não é formação de ativo produzido.
- (C) Utilizar a poupança em ativo financeiro não apaga o saldo de renda menos consumo. A negociação não é FBCF.
- (D) 80 é consumo informado, não poupança. Aquisição de título possui contrapartida e não é transferência corrente.
- (E) A família realiza consumo final de 80 nas hipóteses. Renda integral 100 não é poupança depois desse consumo.

Questão 38 — Gabarito D

- (A) 100 é a produção; não é variação de estoque. 190 soma vendas à produção e duplica produtos vendidos.

- (B) Há duas unidades a mais, não a menos. O sinal da variação é positivo 10.
- (C) 90 corresponde às vendas 18×5 , não à produção de vinte unidades. O aumento de estoque 10 completa a produção 100.
- (D) Estoque final = $10 + 20 - 18 = 12$ unidades; variação = $2 \times 5 = 10$. Produção nova = $20 \times 5 = 100$. Vendas $90 + \text{variação } 10 = 100$.
- (E) 60 é o nível final do estoque 12×5 , não sua variação. A produção corrente 100 é correta.

Questão 39 — Gabarito C

- (A) A quantidade permaneceu dez. Revalorização monetária não demonstra formação de capital produzido.
- (B) CCF trata desgaste de ativos fixos produtivos, não aumento de preço de produtos mantidos em estoque.
- (C) Quantidades e transações não mudam. O aumento $50 \rightarrow 60$ decorre da revalorização, não de produção ou aquisição nova.
- (D) Poupança depende de renda disponível e consumo pertinentes, não é inferida apenas de estoque valorizado.
- (E) Não houve fabricação nem aumento físico. Dois produtos a 5 seriam variação de quantidade, hipótese que não ocorreu.

Questão 40 — Gabarito B

- (A) Somar estoque e renda não calcula poupança, e também omite consumo. O saldo de uso da renda é -10 .
- (B) $S = 90 - 100 = -10$. Fluxo negativo pode ser financiado por ativos ou dívida; não determina sozinho o nível final do patrimônio.
- (C) Poupança negativa é possível mesmo com patrimônio positivo. Estoque e fluxo não devem ser confundidos.

(D) O saldo de renda menos consumo é negativo. Patrimônio inicial não altera sua definição para +10.

(E) 300 é estoque inicial, não fluxo de poupança. A operação pertinente é $90 - 100$.

Questão 41 — Gabarito E

(A) Transferir financiamento não cria outra poupança agregada de 30. Os saldos de renda já somam 100.

(B) Financiamento entre setores não reduz a formação dos ativos produzidos de 100 para 70. É operação de cobertura da diferença.

(C) A identidade agregada não exige autofinanciamento de cada setor. Capacidade de um pode atender necessidade de outro.

(D) Os sinais foram invertidos: quem poupa 70 e investe 40 tem excedente, enquanto quem poupa 30 e investe 60 precisa financiar 30.

(E) $S - I$ é +30 no primeiro e -30 no segundo. No agregado, $S = 70 + 30 = 100$ e $I = 40 + 60 = 100$; o financiamento liga os setores.

Questão 42 — Gabarito E

(A) Transferências correntes pertinentes já integram a renda disponível que origina a poupança. Não se acrescentam novamente ao saldo como se fossem transferências de capital.

(B) Poupança e formação brutas já mantêm o consumo de capital fixo em suas medidas. Somá-lo aos dois não é o ajuste adicional que completa a conta de capital; na passagem a medidas líquidas ele é deduzido de ambos.

(C) Ganhos de detenção pertencem à reavaliação patrimonial. Não são renda corrente nem poupança para acrescentar ao saldo apresentado.

(D) Títulos são ativos financeiros, registrados nas operações financeiras; sua aquisição não se torna formação de capital produzido. A conta financeira se

articula com o financiamento, mas não substitui esses ajustes da conta de capital.

(E) A conta de capital completa inclui operações além de $S - I$, como transferências de capital e aquisições líquidas de ativos não produzidos; o saldo simples não basta sem hipóteses.

Questão 43 – Gabarito A

(A) O valor corrente passa de 1.000 para 1.320: 32%. Aos preços iniciais, passa de 1.000 para 1.100: 10% em volume.

(B) 30% soma 20% de aumento de preço e 10% de quantidade. O valor nominal exige o produto dos fatores $1,20 \times 1,10 = 1,32$, incluindo a interação entre os aumentos.

(C) 20% é a variação do preço, não a do valor corrente, que incorpora também mais unidades.

(D) O volume cresce de 100 para 110: 10%. O valor de 12 é o novo preço unitário, não uma taxa de crescimento físico.

(E) 20% mede preços. O volume depende das quantidades e cresce 10%.

Questão 44 – Gabarito A

(A) O fator de volume é $1,32/1,20 = 1,10$. O crescimento é 10%, sem subtração direta das taxas.

(B) 9,1% pode resultar aproximadamente de dividir a diferença de taxas de 12 pontos por 1,32. A identidade exige dividir o fator nominal 1,32 pelo fator de preços 1,20 e então retirar a unidade.

(C) Multiplicar 32% por uma parcela residual do índice de preços não realiza a deflação. É preciso dividir os fatores.

(D) Somar as taxas mistura crescimento nominal e de preços, em vez de retirar o efeito de preços.

(E) $32 - 20 = 12$ é uma aproximação por subtração; neste caso não é a taxa exata.

Questão 45 — Gabarito E

(A) 154 é a diferença monetária $594 - 440$, não uma razão de índices.

(B) 1,35 é a razão sem a multiplicação por 100 exigida na escala informada.

(C) 35 é a variação percentual relativamente à referência 100, não o nível do índice pedido.

(D) 74,1 corresponde aproximadamente à razão inversa multiplicada por 100.

(E) $594/440 \times 100 = 135$. O índice é expresso na escala de referência 100.

Questão 46 — Gabarito E

(A) Seis é a diferença em pontos de índice. A variação relativa usa 120 como denominador.

(B) 4,8% usa o valor final como denominador; a taxa de crescimento usual toma o inicial.

(C) 20% é a diferença entre 120 e a referência 100, não a alteração entre 120 e 126.

(D) 26% seria a variação relativamente a 100; o período inicial informado tem nível 120.

(E) A variação é $(126/120 - 1) \times 100 = 5\%$. Os seis pontos de índice são medidos sobre 120.

Questão 47 — Gabarito B

(A) Somar as taxas omite o crescimento do segundo ano sobre o nível já elevado do primeiro.

(B) Encadeiam-se fatores: $100 \times 1,05 \times 1,10 = 115,5$. O crescimento acumulado é 15,5%.

(C) 105,5 aplica inadequadamente a taxa de 10% apenas ao acréscimo de cinco pontos, não ao nível 105.

(D) 110 aplica apenas a segunda taxa ao nível inicial e descarta o crescimento do primeiro ano.

(E) 121 resulta de aplicar duas vezes o fator 1,10; a primeira taxa é 5%.

Questão 48 — Gabarito A

(A) Índices encadeados com estruturas de preços sucessivas podem perder aditividade dos níveis. A identidade a preços correntes permanece e a documentação deve orientar o uso.

(B) Taxas não são níveis nem podem ser somadas sem ponderação para recompor o agregado. Isso não resolve a não aditividade.

(C) Reescalonamento arbitrário para impor aditividade não preserva necessariamente relações econômicas e contradiz a metodologia de encadeamento.

(D) Preços correntes e volume encadeado são medidas distintas. Somar valores correntes não conserva automaticamente o conceito de volume.

(E) Não aditividade metodológica não autoriza criar produção residual. É necessário interpretar as séries segundo a metodologia, não inventar atividade.

Questão 49 — Gabarito C

(A) 100 resulta de deflacionar o valor adicionado nominal de 120 apenas pelo fator do produto. Isso ignora preços distintos dos insumos.

(B) 88,9 resulta aproximadamente de dividir o VAB nominal de 120 pela média simples dos fatores 1,20 e 1,50, igual a 1,35. Essa média não substitui deflacionar produção e insumos separadamente antes de tomar a diferença.

(C) Produção em volume = $240/1,20 = 200$; insumos em volume = $120/1,50 = 80$. A diferença é 120.

(D) 80 é o consumo intermediário em volume, não o saldo de valor adicionado.

(E) 200 é a produção em volume, antes de deduzir os insumos.

Questão 50 — Gabarito E

(A) A base interanual informada é o segundo trimestre do ano anterior, e não o primeiro.

(B) Não se pode misturar taxas sem ajuste com comparação ajustada nem impor equivalência independente da base. O período e o tratamento devem ser consistentes.

(C) Uma taxa trimestral não define exatamente o crescimento anual. Mesmo uma anualização composta de 0,5% não é exatamente 2,0% e não representa previsão.

(D) O nível de uma taxa interanual não demonstra sua aceleração. Faltam bases comparáveis e a taxa anterior pertinente.

(E) A primeira compara trimestres consecutivos em série ajustada; a segunda compara o mesmo trimestre em anos diferentes. As bases são distintas.

Questão 51 — Gabarito C

(A) 4% considera apenas o segundo trimestre. O primeiro contribui para o total semestral.

(B) 2% considera apenas o primeiro trimestre. O semestre também inclui o segundo, com base maior.

(C) Os novos níveis são 102 e 208: total 310 frente a 300. A taxa é $10/300 = 3,33\%$, ponderada pelos níveis iniciais.

(D) Somar as duas taxas conta variações relativas a bases diferentes como se fossem parcelas de uma única taxa.

(E) A média simples de 2% e 4% só coincidiria com a taxa do agregado se os níveis de referência fossem iguais.

Questão 52 — Gabarito A

(A) Nas hipóteses de aditividade e preços constantes informadas, $0,25 \times 8\% + 0,75 \times 0\% = 2\%$. A contribuição do primeiro é 2 pontos percentuais.

(B) A taxa é 2%, mas o acréscimo em pontos de índice depende do nível inicial. Não é invariavelmente dois pontos de índice.

(C) 6% usa o peso de 75% para o componente que cresceu 8%, trocando os pesos.

(D) O componente em expansão pesa um quarto do total; sua taxa não é aplicada a toda a economia.

(E) A média simples ignora que os componentes têm participações de 25% e 75%.

Questão 53 — Gabarito C

(A) A subtração produz aproximação de 2%, mas não torna exato esse resultado, como afirma a alternativa.

(B) 0,99% não resulta da divisão pertinente; usar somente a taxa da população não mede a razão produto/população.

(C) O fator por habitante é $1,03/1,01 = 1,01980198$, correspondendo a aproximadamente 1,98%.

(D) 3% é o crescimento do produto total. A razão por habitante também considera a população.

(E) Multiplicar os fatores de produto e população aumenta, em vez de dividir pelo crescimento da população.

Questão 54 – Gabarito D

(A) Média agregada por habitante não determina mediana da renda. É necessário conhecer distribuição e conceitos de renda.

(B) As informações não identificam a causa. Distribuição, rendas primárias e transferências podem importar; inflação não pode ser imposta como explicação.

(C) PIB e renda disponível do grupo têm conceitos e distribuição diferentes. Uma divisão proporcional não observa os rendimentos efetivos.

(D) PIB per capita é média de produção por população, não distribuição da renda disponível. Os indicadores podem divergir sem inconsistência contábil.

(E) Crescimento agregado não impõe esse comportamento ao grupo. Consumo, renda e poupança exigem dados próprios.

Questão 55 – Gabarito A

(A) Perdas extraordinárias são mudanças de volume de ativos, distintas do consumo normal de capital. Obras correntes podem gerar produto, mas a produção não mede sozinha o saldo de bem-estar.

(B) Máquinas usadas como ativos fixos não passam a estoques negativos por serem destruídas. A perda extraordinária tem registro patrimonial próprio.

(C) A finalidade de recompor patrimônio não elimina a produção corrente de construção. É preciso separar produção e perda patrimonial.

(D) Destruição extraordinária de ativos não é insumo utilizado no processo da obra. Materiais efetivamente usados são outra categoria.

(E) Há perda de ativos e outras operações. A produção corrente da reconstrução não coincide automaticamente com o aumento líquido do patrimônio.

Questão 56 — Gabarito A

- (A) Os marcos são diferentes. Deve-se consultar a documentação da divulgação e a implementação nacional, sem inferir sua conclusão da aprovação internacional.
- (B) A aprovação internacional e a implantação nacional são marcos distintos. A série efetivamente divulgada depende da implementação.
- (C) Implementação pode envolver fontes, classificações e critérios além de preços. Não pode ser reduzida a deflacionamento.
- (D) Referência metodológica ou de preços não redefine todas as datas dos fatos observados.
- (E) Um anúncio futuro não altera automaticamente o método dos resultados publicados. É preciso conferir referência e documentação da série vigente.

Questão 57 — Gabarito A

- (A) A medida de volume isola o efeito de quantidades segundo a metodologia pertinente. O valor corrente mistura preços e quantidades.
- (B) Dividir ambos pelo mesmo fator mantém a razão nominal; não retira a mudança de preços entre as datas.
- (C) Pontos de índice e valores monetários têm unidades distintas. A conversão pertinente utiliza razões e fatores, não essa subtração.
- (D) Dividir por população muda a unidade por habitante, mas não elimina inflação. Volume total e volume por habitante também são distintos.
- (E) Subtração pode ser aproximação. A relação exata por fatores não é, em geral, uma diferença simples de taxas.

Questão 58 — Gabarito C

- (A) A produção interna atende diversos usos, incluindo capital e exportações. Não se restringe à cesta de consumo das famílias.
- (B) Os pesos dependem da cesta de cada medida. Uma máquina de uso produtivo não participa automaticamente do consumo familiar com o peso que tem na produção.
- (C) As medidas possuem objetos, populações de produtos e ponderações diferentes. O consumo pode conter bens importados, enquanto o PIB se refere à produção das unidades residentes.
- (D) Essa razão descreve a construção de um deflator implícito compatível, não a compilação de uma cesta de preços ao consumidor.
- (E) Produtos importados podem integrar consumo, mas não se tornam produção interna. Na mensuração do PIB são considerados os ajustes da origem importada.

Questão 59 — Gabarito C

- (A) 1,8 ponto percentual ocorreria se o PIB permanecesse em 1.000. Aqui ele cresce para 1.100 e a razão permanece 18%.
- (B) 19,8% usa a nova FBCF com o PIB antigo de 1.000, misturando períodos. O novo denominador é 1.100.
- (C) As razões são $180/1.000$ e $198/1.100$, ambas 0,18. Crescimento igual de numerador e denominador conserva a participação.
- (D) 16,4% usa a FBCF antiga de 180 com o PIB novo de 1.100. Numerador e denominador devem ser do mesmo período.
- (E) 10% é a taxa de crescimento dos níveis, não uma mudança de dez pontos percentuais na razão FBCF/PIB.

8. FONTES E REFERÊNCIAS

- [1] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Contas Nacionais: Brasil, referência 2010. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Série Relatórios Metodológicos, v. 24.
- [2] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais: Brasil, referência 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Série Relatórios Metodológicos, v. 28.
- [3] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas Nacionais Trimestrais: indicadores de volume e valores correntes, abril-junho de 2026. Divulgação em 1º de setembro de 2026.
- [4] EUROPEAN COMMISSION; INTERNATIONAL MONETARY FUND; ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT; UNITED NATIONS; WORLD BANK. System of National Accounts 2008. New York: United Nations, 2009.
- [5] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Contas Nacionais: referência 2021. Nota metodológica n. 1: apresentação do projeto. Versão 1, outubro de 2025. Documento do projeto, não comprovação isolada do estágio atual de implementação.
- [6] UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION. System of National Accounts 2025. Página institucional de apresentação e adoção do padrão internacional. Consulta em 11 de outubro de 2026.